



Demonstrações Financeiras Consolidadas do Sector
Empresarial do Estado
Auditoria

IGEPE - Instituto de Gestão das Participações do Estado
exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

ÍNDICE

PÁGINAS

1.	Declaração de responsabilidade	1
2.	Relatório dos Auditores Independentes	2-5
3.	Balanço Consolidado	6
4.	Demonstrações Consolidadas	7
5.	Demonstrações Consolidadas das variações no capital próprio	8
6.	Demonstrações Condolidadas dos anexos de caixa	9
7.	Notas às Demonstrações financeiras consolidadas	10-63

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras do Grupo IGEPE para Sector Empresarial do Estado (SEE) que compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2021 e a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das variações no capital próprio e a demonstração consolidadas dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras consolidadas as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro.

Os administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que estejam livres de distorções materiais devidas quer a fraude quer a erro e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

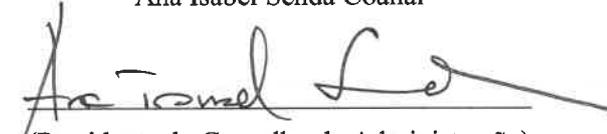
Os administradores fizeram uma avaliação da capacidade do Grupo continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e não têm motivos para duvidar da capacidade do Grupo poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas de forma apropriada em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo IGEPE para Sector Empresarial do Estado como indicado acima foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Março de 2025 e estão abaixo assinadas pelo seu representante.

Ana Isabel Senda Coanai



(Presidente do Conselho de Administração)

Tomás Ernesto Dimande



(Administrador Executivo)

Raimundo Jorge Matule



(Administrador Executivo)



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co/mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para o Conselho de Administração do IGEPE – Instituto de Gestão das Participações do Estado

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo IGEPE para o Sector Empresarial do Estado. (“o Grupo”) constantes das páginas 6 - 63, que compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2021, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das variações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto ao possível efeito das situações descritas na secção das Bases para Opinião com reservas do nosso relatório, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo IGEPE para o Sector Empresarial do Estado, em 31 de Dezembro de 2021, e o seu desempenho financeiro consolidado e fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Bases para Opinião com Reservas

Não cumprimento da NCRF 20 e NCRF 4

Os activos tangíveis do Grupo (excluindo os activos tangíveis em curso) estão registados ao valor revalorizado em algumas subsidiárias e ao custo noutras, tendo estes activos sido consolidados nesta base. Este tratamento não está de acordo com os requisitos da norma de contabilidade relevante em Moçambique (NCRF 20), que exige a aplicação consistente de políticas contabilísticas para contas e transacções da mesma natureza na preparação de demonstrações financeiras consolidadas. Não foi possível estimar o impacto resultante da aplicação correcta da referida norma de contabilidade. Por esse motivo, não nos foi possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada para concluir sobre o saldo dos activos tangíveis (excluindo os activos tangíveis em curso) no montante de 298 326 128 922 MT no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2021.

Os activos tangíveis de investimento do Grupo estão registados ao valor revalorizado em algumas subsidiárias e ao custo de aquisição noutras, tendo estes activos sido consolidados nesta base. Este tratamento não está de acordo com os requisitos da norma de contabilidade relevante em Moçambique (NCRF 20), que exige a aplicação consistente de políticas contabilísticas para contas e transacções da mesma natureza na preparação de demonstrações financeiras consolidadas. Não foi possível estimar o impacto resultante da aplicação correcta da referida norma de contabilidade. Por esse motivo, não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para concluir sobre o saldo dos activos tangíveis de investimento no montante de 13 840 380 560 MT no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2021.



O Grupo não reexpressou as suas demonstrações financeiras do ano anterior, conforme exigido pela NCRF 4, para resolver estas questões.

Esta não conformidade com a NCRF 20 e a NCRF 4, resultou numa opinião com reservas no período anterior, em 31 de Dezembro de 2020. Consequentemente, a nossa opinião é também modificada devido ao possível efeito desta matéria na comparabilidade das demonstrações financeiras do exercício corrente.

Rédito referente a receitas do serviço de telecomunicações

Os auditores da componente comunicaram uma limitação de âmbito para concluir sobre um montante de 4 145 570 962 MT incluído no rédito consolidado. Este montante diz respeito às receitas do serviço de telecomunicações (ver nota 22 das demonstrações financeiras consolidadas). Os testes realizados sobre o sistema de controlo interno falharam, além disso, os auditores da componente não conseguiram obter evidência de auditoria através da realização de procedimentos alternativos e, consequentemente, não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para concluir sobre este montante no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas* do nosso relatório. Somos independentes do Grupo de acordo com o *Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)* juntamente com os requisitos éticos que são relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas em Moçambique e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outra Informação

Os Administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade do Conselho de Administração. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras consolidadas e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores pelas Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, e por um sistema de controlo interno relevante para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que estejam livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os Administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Grupo se manter em continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade e utilizar o pressuposto da continuidade, a menos que os Administradores pretendam dissolver o Grupo e cessar as operações, ou não tenham alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os nossos objectivos são obter uma segurança razoável se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma segurança razoável é um alto nível de garantia, mas não é uma segurança de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria. Igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações feitas pelos Administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos Administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Grupo de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o Grupo deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.
- Obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada referente a informação financeira das outras entidades ou actividades de negócio dentro do Grupo para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela condução e supervisão e execução da auditoria do Grupo. Somos individualmente responsáveis pela opinião de auditoria.

Comunicamos com os Administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

Abel Jone Guaiaguara, nº 04/CA/OCAM/2012

Sócio

31 de Março de 2025

BALANÇO CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Notas	Período	
		31-12-2021	31-12-20
ACTIVOS			
Activos não correntes			
Activos tangíveis	3	376 889 436 451	357 390 853 701
Activos tangíveis de investimento	4	13 840 380 560	14 899 226 396
Goodwill	5	73 808 085	94 597 968
Activos intangíveis	6	190 782 902 040	176 665 224 301
Investimentos em associadas	7	22 579 400 758	20 266 362 393
Outros activos financeiros	8	688 040 589	1 320 318 368
Activos por impostos diferidos	31	8 116 236 725	9 792 834 867
Activos financeiros disponíveis para venda	9	3 805 643 432	4 024 185 596
		616 775 848 640	584 453 603 590
Activos correntes			
Inventários	10	10 083 333 823	8 808 386 656
Clientes	11	27 885 168 360	38 865 747 994
Outros activos correntes	12	44 686 140 940	40 703 557 343
Caixa e bancos	13	52 221 110 453	59 081 877 614
Activos não correntes detidos para venda	14	518 486 101	588 330 000
		135 394 239 677	148 047 899 607
Total dos activos		752 170 088 317	732 501 503 197
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS			
Capital próprio			
Capital social	15.1	361 014 763	361 014 763
Reservas legais	15.2	20 603 324 732	15 498 004 496
Reservas de reavaliação	15.3	8 739 475 109	82 546 361 891
Outras reservas	15.2	2 496 361 520	3 278 823 637
Resultados transitados		115 849 724 710	56 848 658 063
Outros componentes do capital próprio	15.3	96 865 645 742	52 450 734 750
Resultado líquido do período		10 850 039 039	(6 312 064 214)
		255 765 585 615	204 671 533 386
Interesses minoritários		14 806 755 494	13 864 467 879
Total do capital próprio		270 572 341 109	218 536 001 265
Passivos não correntes			
Provisões	16	22 773 069 847	27 830 185 121
Empréstimos obtidos	17	228 534 403 790	216 935 108 525
Outros passivos financeiros	18	66 676 474 947	71 754 408 402
Passivos por impostos diferidos	31	50 722 574 342	49 775 938 438
		368 706 522 926	366 295 640 486
Passivos correntes			
Provisões	16	1 327 067 807	526 473 359
Fornecedores	19	36 429 056 501	41 980 096 534
Empréstimos obtidos	17	17 376 533 186	18 714 395 763
Outros passivos financeiros	18	32 490 998 785	51 534 699 869
Imposto a pagar	20	621 378 013	1 568 839 819
Outras contas a pagar	21	24 646 189 990	33 345 356 102
		112 891 224 282	147 669 861 446
Total dos passivos		481 597 747 208	513 965 501 932
Total do capital próprio e dos passivos		752 170 088 317	732 501 503 197

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Notas	Período	
		31-12-2021	31-12-20
Vendas de bens e serviços	22	127 478 915 719	112 977 850 565
Varição da produção e de trabalhos em curso		(648 169)	(2 843 371)
Investimentos realizados pela própria empresa	23	20 112 000	23 125 000
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	10	(46 022 362 804)	(44 973 151 190)
Custos com o pessoal	24	(25 623 871 231)	(23 128 962 907)
Fornecimentos e serviços de terceiros	25	(21 852 678 840)	(21 973 118 494)
Amortizações	26	(20 736 399 338)	(19 406 515 880)
Provisões	16	(2 832 676 674)	(1 973 181 997)
Ajustamentos de inventários	10	65 771 068	(365 601 000)
Imparidade de contas a receber	11	(2 053 873 124)	(2 971 834 909)
Imparidade de investimentos financeiros	27	(111 267 413)	(1 671 665 350)
Imparidade dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis	3 e 6	(211 853 036)	(629 572 039)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	28	14 323 590 777	17 376 563 525
Outros ganhos e perdas operacionais	29	(7 383 185 211)	(3 189 230 101)
		15 059 573 724	10 091 861 853
Rendimentos financeiros	30	39 410 809 466	29 658 048 141
Gastos financeiros	30	(33 130 977 381)	(43 231 364 526)
Ganhos/perdas imputados de associadas		1 169 510 911	1 378 721 894
Resultados antes de imposto		22 508 916 720	(2 102 732 638)
Imposto sobre o rendimento	31	(10 748 364 616)	(3 474 095 534)
Resultados do período das operações continuadas		11 760 552 104	(5 576 828 172)
Resultado líquido das operações descontinuadas		-	-
Resultados líquidos do período		11 760 552 104	(5 576 828 172)
Resultados líquidos do período atribuídos a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		10 850 039 039	(6 312 064 214)
Interesses minoritários		910 513 066	735 236 042

Handwritten signature and date:
A. A. A. A.
1/3



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Natureza dos movimentos	Capital próprio atribuível aos detentores do capital da casa mãe							Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio	
	Capital social	Ações próprias	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras componentes do capital próprio				Resultado líquido do período
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2021	361 014 763	-	15 498 004 495	82 546 361 890	3 278 823 836	56 848 658 066	52 450 734 750	(6 312 064 214)	204 671 533 366	13 864 467 879	218 536 001 285
Alterações no período:											
Aplicação dos resultados	-	-	4 166 679 129	-	229 184 497	(10 707 827 840)	-	6 312 064 214	0	118 476 438	118 476 438
Movimentos em reservas:											
Excedente de revalorização	-	-	-	(73 280 986 286)	-	74 326 891 268	-	-	1 045 904 872	154 778 560	1 200 683 532
Realização do excedente de revalorização	-	-	-	(1 216 892 960)	-	1 242 858 334	-	-	25 965 375	25 965 374	25 965 374
Variações no justo valor	-	-	-	-	-	-	(105 483 234)	-	(105 483 234)	18 064 659	(87 418 575)
Método de equivalência patrimonial	-	-	938 641 108	690 992 485	(548 892 000)	256 621 861	(9 868 246 322)	-	47 932 829 884	(700 346 410)	47 232 483 473
Outros movimentos	-	-	-	-	(462 754 613)	(1 622 089 625)	48 388 640 548	-	10 850 039 039	1 779 796 367	12 629 835 406
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	(4 494 687 344)	-	-	(4 494 687 344)	(428 482 999)	(4 923 169 343)
Operações com detentores de capital:											
Dividendos	-	-	5 105 320 237	(73 808 886 781)	(782 482 118)	50 001 066 644	44 414 910 092	17 162 103 253	51 094 052 220	942 287 615	52 036 338 844
Saldo final em 31 de Dezembro de 2021	361 014 763	-	20 603 324 732	87 738 476 109	2 498 361 528	116 848 724 718	99 865 665 742	10 850 039 038	255 765 565 615	14 805 755 944	270 571 321 109

Natureza dos movimentos	Capital próprio atribuível aos detentores do capital da casa mãe							Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio	
	Capital social	Ações próprias	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras componentes do capital próprio				Resultado líquido do período
Saldo inicial em 1 de Janeiro de 2020	361 014 763	-	13 835 699 050	93 621 737 837	2 928 648 037	59 010 830 781	43 484 969 452	1 311 056 012	214 552 083 932	12 581 225 481	227 133 309 393
Alterações no período:											
Aplicação dos resultados	-	-	1 866 375 891	-	5 330 562	(643 617 635)	-	(1 230 088 617)	1	2 812 687	2 812 687
Movimentos em reservas:											
Excedente de revalorização	-	-	-	(8 537 705 381)	-	2 538 726 173	-	-	(8 537 705 381)	63 494 350	(8 474 211 041)
Realização do excedente de revalorização	-	-	-	(2 493 206 863)	-	-	-	-	45 519 310	(45 519 310)	-
Variações no justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33 863 936	33 863 936
Método de equivalência patrimonial	-	-	(206 070 445)	(44 463 682)	(476 150 146)	906 363 000	(20 491 061)	(80 867 195)	884 871 939	(1 473 229)	883 398 710
Outros movimentos	-	-	-	-	-	(4 756 727 719)	9 131 950 061	(6 312 064 214)	3 597 570 864	459 631 014	4 027 201 878
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(6 312 064 214)	1 092 209 089	(5 219 855 125)
Operações com detentores de capital:											
Aumentos de capital social	-	-	1 662 305 446	(11 075 375 948)	(82 365 816)	1 503 178 619	(166 214 768)	-	(783 341 095)	(216 539 183)	(999 880 278)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	1 254 598 040	(41 400 001)	1 213 198 039
Outras operações	-	-	-	-	352 177 600	(2 182 272 718)	8 985 735 298	(7 623 120 226)	(9 860 530 546)	1 283 242 418	(6 577 308 128)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2020	361 014 763	-	15 488 004 496	82 546 361 891	3 278 823 837	56 848 658 063	52 450 734 750	(6 312 064 214)	204 671 533 366	13 864 467 878	218 536 001 285

Handwritten signature and initials

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Notas	Período	
		31-12-2021	31-12-2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do período		11 760 552 104	(5 576 828 172)
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>			
Amortizações	20 716 435 299	19 398 640 382	
Imparidades	5 082 157 981	1 794 383 375	
Justo valor	3 055 923 948	(4 350 566 152)	
Provisões	(3 745 208 908)	3 211 843 590	
Ajustamentos	(5 856 920 391)	442 425 167	
Impostos	669 913 284	778 126 022	
Juros e similares (líquido)	(1 053 249 955)	(1 413 110 805)	
Mais ou menos valias na venda de activos tangíveis e intangíveis		26 746 007	(8 646 823 335)
Aumento/redução de activos biológicos		(13 672 315)	-
Aumento/redução de inventários		(439 329 239)	(200 489 086)
Aumento/redução de clientes e outras contas a receber	6 933 082 855	(12 840 580 995)	
Aumento/redução de outros activos correntes	(35 813 656)	(4 654 940 659)	
Aumento/redução de fornecedores	2 407 869 337	1 188 818 809	
Aumento/redução de outros credores e contas a pagar	10 572 393 426	15 448 246 245	
Aumento/redução de outros passivos correntes	(54 531 724 619)	29 801 000 280	
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		(4 450 844 842)	34 380 144 667
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Aquisição de activos tangíveis	(39 414 475 292)	(20 754 624 846)	
Aquisição de activos intangíveis	(31 786 117)	18 279 845	
Aquisição de outros investimentos	2 575 596 560	(2 481 377 535)	
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Venda de activos tangíveis	388 103 369	378 647 347	
Venda de activos intangíveis	5 527 914	-	
Venda de outros investimentos	56 645 348	7 107 508	
Juros e rendimentos similares	2 295 102 416	620 481 965	
Dividendos	-	1 137 373 557	
Outros recebimentos	(2 460 652 589)	(130 343 347)	
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		(36 585 938 391)	(21 204 455 507)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos	6 471 511 394	7 332 858 857	
Realização de aumentos de capital social e de outras contribuições dos sócios	45 525 046 695	1 749 568 343	
Cobertura de prejuízos pelos detentores de capital	6 000 616 171	1 186 400 000	
Outras operações de financiamento	64 860 766 697	1 360 374 794	
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Reembolso de empréstimos e outros financiamentos obtidos	(7 128 284 197)	(5 095 197 167)	
Juros e gastos similares	(2 036 399 995)	(2 196 305 918)	
Dividendos	(1 250 562 348)	(1 655 185 768)	
Reembolso de capital social e de outras contribuições dos sócios	-	1 624 577 390	
Outras operações de financiamento	(74 398 377 530)	(3 237 350 596)	
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		38 044 316 888	1 069 739 935
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(2 992 466 346)	14 245 429 094
Variações cambiais pela transposição das demonstrações financeiras		(3 868 246 322)	384 804 536
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		59 081 877 614	44 451 643 984
Saídas do perímetro		(54 494)	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		52 221 110 453	59 081 877 614

Handwritten signature and initials

Introdução

O Instituto de Gestão de Participações do Estado (de agora em diante “IGEPE” ou “Grupo IGEPE”) é uma Instituição que tem como a actividade a gestão das participações do Estado. O IGEPE foi criado através do Decreto nº46/2001, de 21 de Dezembro, e tem a sua sede localizada na Rua Mukumbura, nº 363, Maputo. O IGEPE exerce a sua actividade sob a tutela do Ministério da Economia e Finanças em cumprimento da Lei 3/2018, de 19 de Junho, Lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector empresarial do Estado, juntamente com o seu regulamento Nº10/2019, de 26 de Fevereiro.

O IGEPE ficou igualmente mandatado como a entidade responsável pela gestão e coordenação do Sector Empresarial do Estado (“SEE”) que surge na sequência de um pacote legislativo que cobre componentes sequenciais e interligadas, nomeadamente:

Lei Nº 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao SEE e indica que é composto pelo conjunto de unidades produtivas e comerciais do Estado, organizadas e geridas de forma empresarial integrando as empresas publicas e todas as empresas exclusiva ou maioritariamente participadas pelo Estado;

Decreto Nº10/2019, de 26 de Fevereiro, que aprova o Regulamento de Lei Nº3/2018 que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao SEE e indica o IGEPE como entidade responsável pela gestão e coordenação do SEE (artigo 63).

O SEE é composto por várias entidades que são consideradas como investimentos estratégicos para o Estado, sendo que as suas actividades são desenvolvidas nos seguintes sectores: Comunicação e Média, Energia, Financeiro, Imobiliário, Infraestruturas, Oil & Gas, Saúde, Seguros, Serviços, Tecnologia, Telecomunicações, Transporte e Logística.

1. Bases de preparação e políticas contabilísticas

1.1. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o PGC-NIRF e, como tal, foram preparadas tendo por base o custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas abaixo nas políticas contabilísticas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Não ocorreram derrogações das normas excepto quanto ao seguinte. As demonstrações financeiras consolidadas do IGEPE têm por objectivo apresentar a posição consolidada do SEE. Assim, estão incluídas no perímetro de consolidação não só as entidades detidas directa ou indirectamente pelo IGEPE, mas também as entidades detidas directamente pelo Estado Moçambicano. Assim, foi derogada a NCRF 20 – Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, para que fosse aplicada a IPSAS 35 – Demonstrações financeiras consolidadas.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração formalizou julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e a mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As questões que envolvem julgamentos, estimativas ou pressupostos mais significativos, estão apresentadas na Nota 1.2.20.

Estas demonstrações financeiras estão preparadas em Meticais, arredondados ao Metical mais próximo. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para os dois períodos apresentados.

1.2. Principais políticas contabilísticas

1.2.1. Consolidação

Para efeitos destas demonstrações financeiras consolidadas, as entidades controladas são as entidades detidas integralmente ou maioritariamente pelo Estado, quer de forma directa (é o Estado que participa directamente no capital dessas entidades), quer de forma indirecta (é o IGEPE que detém a participação no capital dessas entidades). De uma forma agregada, serão de agora em diante referidas como as “entidades controladas pelo Estado”.

As entidades controladas pelo Estado são todas as entidades relativamente às quais o Estado está exposto ou tem direito a benefícios variáveis. Adicionalmente, o Estado tem a capacidade de afectar a natureza ou o montante desses benefícios, através do seu poder sobre essas entidades.

As entidades controladas pelo Estado são integradas no perímetro de consolidação a partir da data em que o controlo é obtido, e são excluídas do perímetro de consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

Na preparação deste consolidado certas entidades foram excluídas do perímetro de consolidação apesar de as mesmas serem controladas pelo Estado. O detalhe e os motivos desta exclusão estão divulgados na Nota 3 – Perímetro de Consolidação.

As políticas contabilísticas das entidades consolidadas devem ser consistentes com as políticas definidas pelo IGEPE. Neste sentido, as demonstrações financeiras de cada participada foram ajustadas, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, para harmonização dos princípios contabilísticos.

Existem algumas excepções a esta harmonização de princípios contabilísticos, nomeadamente no critério de mensuração dos activos tangíveis e dos investimentos financeiros em associadas. O detalhe e os motivos destas excepções estão divulgados, respectivamente, nas notas 2.2.4 e 2.2.5.

As demonstrações financeiras do IGEPE e das entidades controladas pelo Estado são agregadas linha a linha, sendo agregados os itens idênticos de activos, passivos, capital próprio, rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade.

A quantia escriturada dos investimentos financeiros em cada uma das entidades controladas pelo Estado é eliminada e:

No caso das participações detidas directamente pelo IGEPE, esta eliminação é compensada com a eliminação da proporção do capital próprio em cada uma dessas participadas;

No caso das participações detidas directamente pelo Estado, esta eliminação é compensada com o reconhecimento de uma reserva de consolidação no capital próprio (incluída na rubrica “Outras componentes do capital próprio”).

É reconhecida a proporção dos interesses minoritários nos activos líquidos das participadas. Estes interesses minoritários são apresentados separadamente dos interesses detidos pelo Estado, sendo também reconhecida a proporção dos interesses minoritários nos resultados líquidos das entidades.

Os saldos intragrupo, as transacções intragrupo e os ganhos e perdas não realizados em transacções intragrupo (isto é, as transacções entre o IGEPE e as entidades controladas pelo Estado, ou entre elas), são eliminados na íntegra na consolidação:

Os rendimentos ou gastos resultantes de transacções intragrupo que estão reconhecidos em activos, nomeadamente em inventários ou activos tangíveis são eliminados na totalidade;

As perdas intragrupo que indiquem uma perda por imparidade são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.2.2. Activos e passivos (correntes e não correntes)

O IGEPE apresenta os activos e passivos no seu balanço como correntes ou não correntes. Um activo é classificado como corrente quando:

Se espera que seja realizado ou vendido ou consumido num ciclo operacional normal;

É detido para negociação;

Se espera que seja realizado nos doze meses após a data de reporte; ou

Seja caixa ou equivalente de caixa a não ser que existam restrições quanto à sua troca ou sejam usados para liquidar uma responsabilidade pelo menos até doze meses após a data de reporte.

Todos os outros activos são classificados como não correntes.

Um passivo é classificado como corrente quando:

Se espera que seja liquidado num ciclo operacional normal;

É detido para negociação;

Se espera que seja liquidado nos doze meses após a data de reporte; ou

Não existe um direito incondicional de diferir a sua liquidação para após doze meses da data de reporte.

Todos os outros passivos são classificados como não correntes.

Relativamente aos activos, o reconhecimento no balanço acontece quando é provável que seus benefícios económicos futuros sejam gerados a favor da entidade e o seu custo ou valor possa ser mensurado de forma fiável.

No que diz respeito ao passivo, o registo no balanço patrimonial ocorre quando existe uma obrigação presente ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável um dispêndio de recursos económicos para liquidá-lo.

1.2.3. Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional e de apresentação utilizada pelo Grupo IGEPE nas suas operações e demonstrações financeiras consolidadas.

As diferenças de câmbio originadas nas transacções realizadas em outra moeda que não o Metical, e que têm por base as diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças ou dos pagamentos (diferenças cambiais realizadas) ou entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes à data do balanço (diferenças de câmbio não realizadas), são registadas na demonstração dos resultados do período nas rubricas de “Rendimentos financeiros” e de “Gastos financeiros”, conforme apropriado.

1.2.4. Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos em associadas, onde o Estado tem influência significativa, estão mensurados pelo método da equivalência patrimonial. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a quota-parte do Estado no total dos ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que adquiriu a influência significativa e até à data em que esta efectivamente termina.

Contudo, para certas entidades não obtivemos informação financeira fiável pelo que nestes casos se optou por manter as participações ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Presume-se que se detém influência significativa quando o Estado detém directa ou indirectamente entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os impactos da adopção do método da equivalência patrimonial são reconhecidos na demonstração dos resultados do período na rubrica de “Ganhos/perdas imputados de associadas”.

1.2.5. Activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição, incluindo despesas imputáveis à aquisição de bens, e subsequentemente são mensurados, com excepção do mencionado no parágrafo seguinte, ao valor de custo líquido de amortizações e de eventuais perdas por imparidades acumuladas.

Para certos activos, como sejam os edifícios, as aeronaves, entre outros, o Grupo IGEPE optou por utilizar o método da revalorização, sendo que apenas oito das participadas incluídas no perímetro de consolidação reportaram os seus activos tangíveis revalorizados. As restantes permanecem ao custo. Pela magnitude dos impactos que decorrem da aplicação deste método, e em benefício de se obter uma imagem mais verdadeira e apropriada, o IGEPE optou por manter os activos revalorizados das empresas que assim os apresentam nas suas demonstrações financeiras.

Quando a quantia registada de um activo é aumentada ou diminuída em resultado de uma revalorização, o aumento ou a diminuição é reconhecido no capital próprio na rubrica “Reservas de reavaliação”. Excepção para os casos em que o aumento reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo anteriormente reconhecido nos resultados, caso em que o mesmo é reconhecido nos resultados do período. O decréscimo na reserva de revalorização ocorre até ao limite do saldo dessa reserva para esse activo. Quando o excedente de revalorização se extingue, qualquer redução é reconhecida nos resultados.

Os activos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção ou de desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição. Os activos tangíveis em curso começam a ser amortizados quando a sua construção está concluída e os mesmos estão disponíveis para o uso pretendido pelo Grupo IGEPE. Nas situações em que o pagamento for diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro durante o período de crédito a não ser que esse juro seja reconhecido na quantia escriturada do item de acordo com o tratamento alternativo permitido na NCRF 27 - Custo de Empréstimos Obtidos.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou reconhecidos como um activo autónomo, conforme adequado, apenas no caso de probabilidade dos benefícios económicos futuros associados ao activo reverterem a favor do Grupo IGEPE e o custo do activo puder ser avaliado de forma fiável.

Um bem é desreconhecido quando é alienado ou quando não se esperam mais benefícios económicos futuros decorrentes do seu uso ou alienação. Qualquer diferença entre o valor da venda (se algum) e o valor contabilístico do bem na data do seu reconhecimento é reconhecida na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos operacionais”, caso a diferença seja positiva (mais-valia), e “Outros gastos e perdas operacionais”, caso a diferença seja negativa (menos-valia).

Os activos tangíveis são amortizados de uma forma sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o bem esteja disponível para uso. A vida útil dos activos foi estimada como segue:

Item	Anos
Construções	5 a 80
Equipamento básico	3 a 50
Mobiliário e equipamento administrativo social	4 a 12
Equipamento de transporte	4 a 8
Taras e vasilhame	3 a 14
Ferramentas e utensílios	2 a 10
Activos de exploração e avaliação de recursos minerais	30
Outros activos tangíveis	2 a 25

O Grupo IGEPE apresenta nas suas demonstrações financeiras consolidadas, activos tangíveis afectos a actividades distintas, conforme mencionado na Nota 1 deste anexo. Por esta razão, existe uma grande amplitude de vidas úteis dentro de cada categoria de activos. Dadas as circunstâncias, o Grupo IGEPE considera que não faz sentido a harmonização das vidas úteis dentro da mesma classe de activos.

A Nota 4 discrimina os activos fixos do Grupo IGEPE por tipo de actividade desenvolvida.

É analisada regularmente a adequação das vidas úteis estimadas dos bens. Quando ocorre uma alteração na vida útil estimada de um bem a mesma é ajustada e os impactos dessa alteração são reconhecidos no exercício e em exercícios futuros, de acordo com o tratamento contabilístico previsto no normativo contabilístico para reconhecer uma alteração de uma estimativa contabilística.

Por outro lado, sempre que são identificadas evidências de que um activo possa estar em imparidade, o Grupo IGEPE determina o valor recuperável, o qual é determinado como sendo o mais alto entre o preço de venda líquido do bem e seu valor de uso. Para este efeito, são estimados os fluxos de caixa que se esperam obter do bem através do seu uso continuado e da sua alienação no final da vida útil estimada. Sempre que o valor líquido contabilístico do bem excede o valor recuperável, é reconhecida uma imparidade na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis”.

1.2.6. Activos tangíveis de investimento

Um activo é classificado como activo tangível de investimento, quando é detido como objectivo de obter rendimento através de rendas para valorização de capital e não para o uso na produção ou fornecimentos de bens ou serviços.

Estes activos são inicialmente mensurados ao custo de aquisição e subsequentemente mensurados líquidos de amortizações e de eventuais perdas por imparidade.

A classificação de um activo como activo tangível de investimento é revista numa base anual e caso tenha ocorrido uma alteração no uso do bem, o mesmo é reclassificado para activo tangível ou inventários, conforme apropriado.

Os activos tangíveis de investimento são amortizados de uma forma sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o bem esteja disponível para uso. A vida útil dos activos foi estimada como segue:

Item	Anos
Construções	10 a 50

1.2.7. Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efectuada em função da substância e não da forma legal do respectivo contracto, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

As locações são classificadas como locações financeiras se os termos da locação transferirem substancialmente os riscos e vantagens da propriedade para o locatário. Todas as outras são classificadas como operacionais.

Quando estamos na presença de uma locação financeira, o activo objecto do contracto é reconhecido como activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Subsequentemente este activo é tratado conforme definido acima no ponto 2.2.5.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como um gasto do exercício de forma linear durante o período do contracto de locação, na rubrica de “Fornecimentos e serviços de terceiros” da demonstração dos resultados.

1.2.8. Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos que são directamente atribuídos à construção ou produção de um activo elegível, são acrescidos ao custo de aquisição do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para o Grupo IGEPE e quando o seu custo pode ser mensurado com fiabilidade.

A capitalização destes custos cessa quando o activo está disponível para ser usado conforme pretendido. Os encargos financeiros que não cumprem o critério de capitalização são reconhecidos como custo financeiro à medida que são incorridos.

1.2.9. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são reconhecidos apenas quando é capaz de ser separado ou dividido da entidade e quando vendido, resulta de direitos contratuais ou de outros direitos legais, ou de direitos e obrigações, e outros.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos de exploração e avaliação de recursos minerais são considerados activos intangíveis, porque representam um direito de participação em lucros futuros provenientes da venda de recursos. Os activos de exploração e avaliação de recursos são considerados activos em curso até que gerem benefícios económicos.

Com excepção dos activos de exploração e avaliação dos recursos minerais, que são considerados activos em curso até que gerem benefícios económicos futuros, a amortização dos activos intangíveis é calculada através do método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados, e as suas taxas de amortização variam conforme a expectativa de uso do mesmo.

A vida útil estimada destes activos é a seguinte:

Item	Anos
Despesas de desenvolvimento	3 a 4
Propriedade industrial e outros direitos	3 a 4
Software	2 a 8

1.2.10 imparidade de activos não financeiros

A cada data de relato, o Grupo IGEPE analisa o valor escriturado dos seus activos tangíveis e intangíveis para determinar se existe qualquer evento ou alteração nas circunstâncias que possa indicar que estes sofreram uma perda por imparidade.

Quando existem indícios de imparidade, é estimada a quantia recuperável do activo. Caso esta seja inferior ao valor escriturado, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

Os activos intangíveis com vida útil indeterminada são avaliados quanto a imparidade numa base anual ou sempre que existem indícios de que possam estar em imparidade.

As perdas por imparidade, quando ocorrem, são reconhecidas na rubrica “Imparidade dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis” da demonstração dos resultados.

Uma perda por imparidade anteriormente reconhecida pode ser revertida quando ocorre uma alteração nos pressupostos usados para determinar o valor recuperável do respectivo activo desde a última perda por imparidade reconhecida. No entanto esta reversão não pode resultar num aumento do valor que esse mesmo activo teria caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

1.2.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na posição financeira quando o Grupo IGEPE se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Estes instrumentos compreendem os investimentos em capitais próprios (já referidos em notas anteriores), clientes e outros devedores, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e fornecedores e outros credores.

Com excepção dos activos financeiros mantidos para negociação e as variações do justo valor dos activos e passivos detidos para negociação, os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros são reconhecidos na demonstração dos resultados do período, nas rubricas de “Rendimentos financeiros” ou “Gastos financeiros”, utilizando o método da taxa de juros efectiva (sempre que o efeito temporal do dinheiro seja significativo).

1.2.11.1. Activos financeiros

A mensuração inicial dos activos financeiros é o justo valor acrescido, nos casos de activos financeiros que não sejam mensurados pelo justo valor por via dos resultados, dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou emissão do activo financeiro.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como dedução ao montante emitido.

As categorias de activos financeiros e a sua mensuração subsequente são as seguintes:

a) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui os activos financeiros detidos para negociação que são adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo assim como os outros activos financeiros registados ao justo valor por via dos resultados.

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o Grupo IGEPE não tem activos classificados nessa categoria.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Nesta rubrica estão registados os investimentos detidos para venda apresentados no balanço consolidado na rubrica de “Activos financeiros disponíveis para venda”.

Estes activos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição. Subsequentemente são mensurados ao justo valor com as variações de justo valor a serem reconhecidos capital próprio na rubrica “Outras componentes do capital próprio”.

Quando o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade, estes activos permanecem mensurados ao custo de aquisição, líquido de eventuais perdas por imparidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada no capital próprio, que correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados do período.

c) Activos financeiros detidos até à maturidade

Consideram-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas que o Grupo IGEPE tem intenção de deter até à maturidade.

Estes activos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição. Subsequentemente são mensurados ao custo, líquido de eventuais perdas por imparidade.

Estes saldos estão apresentados no balanço consolidado na rubrica de “Outros activos financeiros – não corrente”.

d) Empréstimos concedidos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

São mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo, sempre que o efeito temporal do dinheiro seja significativo. Incluem-se nesta rubrica os saldos apresentados no balanço consolidado nas rubricas de “Clientes” e “Outros activos correntes”.

e) Caixa e bancos

A caixa e os bancos incluem os valores em caixa, os depósitos bancários, os outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses e os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço consolidado, no passivo corrente, em Empréstimos obtidos, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa como saldos de caixa e bancos.

1.2.11.2. Imparidade de activos financeiros

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida na demonstração dos resultados do período na rubrica “Imparidade de contas a receber”.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados ao custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num activo que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. A quantia da perda deve ser reconhecida na demonstração dos resultados do período na rubrica “Imparidade de contas a receber”. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

1.2.11.3. Passivos financeiros

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitidos são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual para a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes são reconhecidos no balanço somente quando o Grupo IGEPE se torna parte das disposições contratuais do mesmo.

A mensuração inicial dos passivos financeiros é o justo valor acrescido, nos casos de passivos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor por via dos resultados, dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou emissão do passivo financeiro.

As categorias de passivos financeiros e a sua mensuração subsequente são as seguintes:



a) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o Grupo IGEPE não tem passivos classificados nessa categoria.

b) Empréstimos obtidos e contas a pagar

São mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo, sempre que o efeito temporal do dinheiro seja significativo. Incluem-se nesta rubrica os saldos apresentados no balanço consolidado nas rubricas de “Fornecedores”, “Outros passivos correntes”, “Empréstimos obtidos” e “Outros passivos financeiros”, correntes e não correntes.

1.2.11.4. Instrumento de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Estes instrumentos são reconhecidos pelo seu valor nominal.

1.2.11.5. Compensação entre activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e a quantia líquida daí resultante ser apresentada no balanço quando, e apenas quando:

(a) existem um direito com força legal de compensar as quantias reconhecidas; e

(b) se pretende, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo.

1.2.12. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários é determinado utilizando o método do custo médio ponderado e inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual.

As saídas de armazém são valorizadas ao custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, são registadas como uma dedução ao activo, e reconhecidas na demonstração dos resultados do período na rubrica “Ajustamentos de inventários”.

Y
7
R
A
T
A
L
G

1.2.13. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço seja recuperado através da venda e cuja venda seja de alta probabilidade. Estes são mensurados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido de custos com a venda.

Para que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

Que a probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;

Que o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual; e

Esperando-se que a venda seja realizada num período até doze meses após a classificação do activo nesta rubrica, exceptuando as situações em que o atraso na venda do activo seja causada por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo IGEPE e se houver prova suficiente de este continuar comprometido com o plano de venda do activo.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados e são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido dos custos de venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas. Caso o valor registado em balanço seja inferior ao justo valor deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica apropriada.

1.2.14. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de eventos passados para qual é provável que seja necessário no futuro um dispêndio de recursos internos. Deve, ainda, ser possível estimar razoavelmente o montante desta obrigação.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que exista a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, a menos que seja muito elevada a probabilidade de uma entrada de fluxos que se traduzam em benefícios económicos futuros.

1.2.15. Reconhecimento do rédito

O rédito obtido pelo Grupo IGEPE provém de diversas actividades desenvolvidas pelas empresas incluídas no perímetro de consolidação. A Nota 23 discrimina o rédito por tipo de actividade desenvolvida pelo Grupo IGEPE.

Algumas das empresas do Grupo IGEPE desenvolvem actividades reguladas, nomeadamente a venda de energia eléctrica, a venda de gás, a venda de combustíveis, a prestação de serviços bancários e de contratos de seguro.

Os preços praticados na venda da energia eléctrica, obedecem a tarifas que são fixadas e aprovadas em Conselho de Ministros e publicadas em diploma legal.

O rédito das vendas de gás natural e de líquidos de gás natural feitas no decurso das actividades ordinárias é mensurado ao justo valor do pagamento recebido ou a receber, líquido de “royalties” pagos ao governo, impostos indirectos, descontos comerciais e descontos de volume. O “royalty” é o imposto sobre o petróleo produzido em território moçambicano. A base fiscal do “royalty” é o valor do petróleo produzido incluindo as quantidades de petróleo perdido devido a qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou por negligência. O royalty cobrado corresponde a 5% do valor do gás natural e condensado produzido, extraído ou vendido menos o custo de transporte, recolha e processamento.

Na venda de combustíveis, os preços são fixados pelo Estado Moçambicano e o rédito da venda destes produtos inclui uma parcela de “Subsídio de compensação” a receber do Estado como consequência do não aumento dos preços dos combustíveis.

No caso específico das entidades do sector financeiro, banca e seguros, as respectivas actividades são reguladas, respectivamente, pelo Banco de Moçambique e Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, onde os valores relativos a taxas de juro e prémios simples de seguro seguem a regulamentação dos respectivos reguladores.

Vendas

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração dos resultados do período, na rubrica de “Vendas de bens e serviços”, quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador.

Prestação de serviços

O rédito inerente à prestação de serviços é reconhecido quando prestados, independentemente do seu recebimento, na rubrica de “Vendas de bens e serviços” da demonstração dos resultados do período.

Dividendos

O rendimento de dividendos é reconhecido quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

Os dividendos recebidos relativos a investimentos financeiros mensurados ao custo ou ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados do período, na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais”, quando são aprovados e pagos pelas Empresas participadas.

Os dividendos recebidos relativos a investimentos financeiros mensurados pelo método da equivalência patrimonial são abatidos ao valor do respectivo investimento financeiro, no balanço, quando são aprovados e pagos pelas Empresas participadas.

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo, incluindo os não monetários, são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando é garantido que se irá receber e que as empresas irão cumprir com as condições exigidas para atribuição.

Os subsídios relativos a activos são apresentados no balanço, na rubrica de “Outras contas a pagar” no passivo, como rendimento diferido e reconhecidos numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo, na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais” da demonstração dos resultados do período. Alternativamente podem ser apresentados como uma dedução ao valor do activo para o qual foram atribuídos.

Os subsídios que estão relacionados com apoio à actividade operacional da empresa são apresentados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais” da demonstração dos resultados do período.

1.2.16. Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e os rendimentos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas seguintes rubricas do balanço consolidado são registados:

Em "Outros activos correntes", os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e os gastos que já ocorreram, mas que serão imputados a exercícios futuros; e

Em "Outros passivos correntes", os rendimentos que já ocorreram, mas que serão imputados a exercícios futuros e os gastos imputáveis ao exercício corrente.

1.2.17. Benefícios aos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e na demonstração dos resultados do período, na rubrica “Custos com o pessoal”, à medida em que o serviço é prestado.

Para benefícios de longo prazo estima-se o montante futuro ao qual o trabalhador já ganhou o direito no período passado e presente.

As contribuições para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), através de um plano de contribuição definida que todas as empresas moçambicanas são, por lei, obrigadas a fazer, são efectuadas com base numa percentagem dos salários e são reconhecidas na demonstração dos resultados do período, na rubrica “Custos com o pessoal”.

Estas contribuições definidas para o Sistema de Segurança Social, são geralmente financiadas pelos empregados em 3% do salário bruto e pela entidade patronal em 4% do salário bruto. Quando estas contribuições são pagas, a entidade patronal não tem obrigações adicionais.

Em algumas das entidades incluídas no perímetro de consolidação, são ainda concedidos complementos de pensões de reforma e sobrevivência (doravante designado de plano de pensões), o qual assegura aos seus empregados e pensionistas um plano de assistência médica, pós-emprego.

1.2.18. Impostos

A rubrica de “Imposto sobre o rendimento” da demonstração dos resultados consolidada inclui o imposto corrente e o imposto diferido. Esta rubrica é apurada individualmente em cada uma das participadas, de acordo com os seus registos contabilísticos e fiscais.

Handwritten signature
2

Imposto corrente

O imposto sobre o rendimento corrente é o resultado do somatório dos impostos apurados em cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação. Ao nível dos ajustamentos de consolidação, não é efectuado qualquer ajustamento no imposto corrente, já que o Grupo IGEPE não é tributado pelo regime do lucro consolidado.

O imposto corrente é o imposto que se espera pagar ou receber sobre o rendimento ou prejuízo e é calculado de acordo com as taxas estipuladas por lei à data do balanço, tomando-se por base os resultados reportados na demonstração de resultados de cada uma das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e após os ajustamentos apropriados para efeitos fiscais.

Imposto diferido

O Grupo IGEPE adopta como procedimento o reconhecimento de impostos diferidos de acordo com o estabelecido na NCRF12 – Impostos sobre o rendimento correntes e diferidos, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transacções.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para deduzir os impostos diferidos activos. Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

O imposto diferido é apresentado na demonstração dos resultados do período na rubrica de “Imposto sobre o rendimento”, excepto nos casos em que as transacções que os originam tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação, às taxas de imposto que tenham sido decretadas ou essencialmente decretadas à data do balanço.

Adicionalmente, poderão surgir ajustamentos de consolidação aos valores dos activos e passivos consolidados que geram ajustamentos aos impostos diferidos, nas situações em que geram diferenças temporárias entre as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais de cada participada.



[Handwritten signature]
27

1.2.19. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("eventos ajustáveis") são reflectidos nas demonstrações financeiras.

1.2.20. Julgamentos significativos e estimativas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o PGC-NIRF exige que sejam efectuados julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes.

Os principais julgamentos utilizados e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes.

Perímetro de consolidação

O Grupo IGEPE inclui apenas as empresas participadas que o Estado considera serem as suas participações estratégicas, independentemente da percentagem de controlo detida nessas entidades. Assim, algumas empresas nas quais é detida uma percentagem de participação superior a 50% não foram incluídas no perímetro. A Nota 3 – Perímetro de Consolidação contém mais detalhes sobre este tema.

Influência significativa

O Grupo IGEPE considera que não tem influência significativa em algumas participadas nas quais a percentagem de participação detida é superior a 20%. Por este motivo, em certas destas empresas nas quais é detida uma percentagem de participação superior a 20% não foi aplicado o método da equivalência patrimonial.

Nota 8 – Investimentos em associadas contém mais detalhes sobre este tema.

Continuidade das operações

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, o Grupo IGEPE, registou fluxos de caixa negativos das operações no valor de 4 450 844 842 MT (31 de Dezembro de 2020: 34 380 144 667 MT). No entanto, não se espera que tal afecte a continuidade do grupo. A direcção considera que as entidades do grupo e o grupo dispõem de recursos adequados para continuar a operar num futuro previsível. Assim, a adoção do princípio da continuidade na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais é apropriada. Os órgãos de gestão estão convictos de que as entidades do grupo e a empresa se encontram numa posição financeira sólida e dispõem de recursos suficientes para satisfazer as necessidades previsíveis de tesouraria.

Imparidade de contas a receber

O Grupo IGEPE reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, é ainda efectuada uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

O Grupo IGEPE considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis e valores residuais dos activos tangíveis e intangíveis

O Grupo IGEPE reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis, activos tangíveis de investimento e activos intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Reavaliação dos activos tangíveis

O Grupo IGEPE aplica o modelo de revalorização na mensuração de certas classes de activos, após o reconhecimento inicial. Estas variações ao justo valor são reconhecidas nos capitais próprios. Estas reavaliações têm por base avaliações de activos efectuadas por avaliadores independentes. Nestas avaliações são utilizados pressupostos sobre determinados indicadores, os quais podem alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes das reavaliações reconhecidas.

Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis, activos tangíveis de investimento e activos intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.



Handwritten signature and the number 3.

Para o cálculo da potencial perda por imparidade, são efectuadas estimativas sobre os fluxos caixa futuros esperados do uso continuado desses activos e da sua venda no final da sua vida útil. O período de projecções dos fluxos de caixa varia assim em função da vida útil média da unidade geradora de caixa. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que as entidades incluídas no perímetro de consolidação sejam parte interessada, são constituídas atendendo à expectativa da potencial perda esperada, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal dados às transacções e eventos. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Grupo IGEPE sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

A Administração Tributária dispõe da faculdade de rever a posição fiscal durante um período de 5 anos e desta revisão podem resultar correcções devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA.

O Grupo IGEPE acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais, pelo que não espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada decorrentes destas revisões tenham um efeito material nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de activos por impostos diferidos depende de até que ponto é provável que haverá lucros tributáveis no futuro, contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis serão utilizadas. O reconhecimento envolve, portanto, o julgamento sobre o futuro desempenho financeiro das várias Empresas que integram o perímetro.

2. Perímetro de consolidação

As subsidiárias consolidadas através do método de consolidação integral são as seguintes.

Empresas públicas

Entidade	Actividade	% de participação	
		2021	2020
Aeroportos De Moçambique, E.P. – ADM	Aeroporto	100%	100%
Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. – CFM	Transportes	100%	100%
Correios De Moçambique, E.P.	[a] Comunicação	-	100%
Electricidade De Moçambique, E.P. – EDM	Energia	100%	100%

Entidade	Sector	% de participação	
		2021	2020
Empresa Moçambicana De Dragagens, E.P. – EMODRAGA	Dragagem	100%	100%
Empresa Nacional De Hidrocarbonetos, E.P. – ENH	Oil & Gas	100%	100%
Hidráulica de Chóckwé, E.P. – HICEP	Gestão de Barragens	de 100%	100%
Imprensa Nacional De Moçambique, E.P.	Comunicação	100%	100%
Parque De Ciência E Tecnologia Em Maluana, E.P. – ENPCT	Logística	100%	100%
Regadio De Baixo Limpopo, E.P. – RBL	Gestão de Barragens	de 100%	100%
Rádio Moçambique, E.P. – RM	Comunicação Media	e 100%	100%
Televisão De Moçambique, E.P. – TVM	Comunicação Media	e 100%	100%

- a) Empresa excluída do perímetro por dificuldade em apresentação de contas, pelo facto de a Assembleia Geral não ter aprovado as mesmas (empresas extintas ou inoperacionais)

Empresas detidas exclusivamente pelo Estado

Entidade	Sector	% de participação	
		2021	2020
Silos e Terminal Graneleiro Da Matola, S.A. – STEMA	Logística	100%	100%
Banco Nacional De Investimentos, S.A. – BNI	Bancário	100%	100%
Sociedade Moçambicana De Medicamentos, S.A. – SMM	Saúde	100%	100%
Monte Binga, S.A.	Segurança	100%	100%
Sociedade De Farmácias De Moçambique, S.A. – FARMAC	Saúde	100%	100%
Transmarítima, S.A.	Transporte	100%	100%

Empresas detidas maioritariamente pelo Estado

Entidade	Sector	% de participação	
		2021	2020
Domus - Sociedade De Gestão Imobiliária, S.A.	Imobiliário	94%	94%
Empresa Moçambicana De Exploração Mineira, S.A. – EMEM	[b] Minério	0%	85%
Empresa Moçambicana De Seguros, S.A. – EMOSE	Seguros	70%	70%
Linhas Aéreas De Moçambique, S.A. – LAM	Transporte	96%	96%
Medimoc, S.A. [c]	Saúde	64,72%	64,72%
Petróleos de Moçambique, S.A. – PETROMOC	Oil & Gas	80%	80%

Handwritten signature and date:
7

Entidade	Sector	% de participação	
		2021	2020
Empresa Moçambicana de Pesca, S.A. – EMOPESCA	Pesca	0%	80%
[d]			
Sociedade De Notícias, S.A.	Comunicação e Media	99,80%	99,80%
Moçambique Telecom, S.A. – TMCEL	Telecomunicações	90%	90%

- b) Empresa excluída do perímetro por dificuldade em apresentação de contas, pelo facto de a Assembleia Geral não ter aprovado as mesmas (empresas extintas ou inoperacionais)
- c) Empresa em processo de alienação da totalidade do seu património
- d) Empresa em processo de saneamento financeiro através da alienação

Empresas detidas indirectamente pelo Estado através das empresas que compõem o SEE

Entidade	Sector	% de participação	
		2021	2020
Sociedade de Turismo do Indico, S.A.	Turismo	0%	100%
ENH Logistics, S.A.	Logística	100%	100%
ENH Distribuição, S.A.	Logística	100%	100%
Pensão Taj Mahal	Turismo	100%	100%
CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A.	Energia	100%	100%
EDM Telefibra, S.A.	Energia	100%	100%
CEZA II - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A.	Energia	100%	100%
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.	Energia	85%	88%
ENH FLNG UM, S.A.	Oil & Gas	100%	100%
CFM - Sociedade Turística, S.A.	Turismo	100%	100%
ENH Rovuma Área Um, S.A.	Oil & Gas	100%	100%
CFM - Transportes e Trabalhos Aéreos, S.A.	Transportes	100%	100%
Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, S.A.	Transportes	100%	100%
Companhia Moçambicana de Gasoduto, S.A.	Oil & Gas	100%	80%
Sociedade Nacional Transporte Energia S.A.	Logística	100%	100%
Sociedade Moçambicana de Serviços, Lda.	Catering	100%	50%
Moçambique Expresso, S.A.	Transportes	100%	100%
Carteira Móvel, S.A.	Bancário	100%	70%
Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A.	Oil & Gas	90%	70%
Agência de Viagem Mextur, Lda.	Hotelaria e Turismo	90%	65%
Teledata, Lda.	Telecomunicações	95%	95%
EMEM Logística e serviços mineiros, S.A.	Logística	85%	85%
Emose Imobiliária, Lda.	Imobiliário	99%	100%

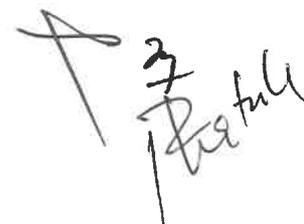
Handwritten signature and initials

Entidade	Actividade	% de participação	
		2021	2020
Limpex - Limpeza Expresso, Lda.	Serviços	85%	85%
Olimax, S.A.	Oil & Gas	100%	80%
Somotor, S.A.	Automóvel	100%	100%
Mozambique Airport Handling Services, Lda.	Logística	51%	51%
Belavista Holding, S.A.	Logística	65%	65%
Petroauto, S.A.	Oil & Gas	80%	64%
Ecomoz, S.A.	Energia	65%	65%
Central Térmica De Ressano Garcia, S.A.	Oil & Gas	51%	51%
Portos de Cabo Delgado, S.A.	Logística	100%	50%
Sociedade Terminais de Moçambique, S.A.	Logística	0%	50%
Terminal de Granitos, S.A.	Logística	50%	50%
ENHL Bonatti	Oil & Gas	56%	56%
ENH Integrated Logistic Services	Oil & Gas	51%	51%
Gás Natural	Oil & Gas	51%	51%
ENH Rovuma Área 4, S.A.	Oil & Gas	100%	100%
ENH LNG Shipping	Oil & Gas	51%	51%
ENH Small Scale	Oil & Gas	0%	51%
Petromoc & Sasol	Oil & Gas	51%	51%
Petrogás	Oil & Gas	60%	60%
Sociedade de Gestão de Empreendimentos Imobiliários - IMENSIS	Imobiliário	0%	51%

3. Activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de activos tangíveis decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	31/12/2021									
	Construções	Equipamento básico	Mobiliário e equipamento administrativo social	Equipamento de transportes	Terras e valhaves	Ferramentas e utensílios	Activos de exploração e avaliação de recursos minerais	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Total
Activo tangível - custo										
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	174 718 787 593	320 359 971 198	5 306 652 484	6 120 115 127	10 408 002	1 504 342 785	22 645 281 393	4 919 083 915	50 322 838 000	594 020 040 298
Saldo no período	(71 301 886)	-	(679 876)	-	-	-	-	-	-	(71 981 762)
Acquisições	4 563 850 327	5 027 614 078	1 064 184 968	548 588 101	75 424 252	71 885 392	14 643 042	411 309 738	28 808 031 448	40 000 533 976
Aliquotações, abates e transferências	(202 692 233)	6 255 305 482	(138 832 156)	(258 908 916)	(18 420 044)	(63 228 844)	1 699 959 513	(85 569 009)	(8 949 805 330)	(1 454 711 340)
Diferenças cambiais	(24 499 728)	39 430 000	(3 019 642)	(80 308 641)	-	108 810	(3 387 020 904)	(538 000)	(758 208 708)	(4 104 054 883)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	179 004 578 903	331 682 620 758	6 231 301 810	6 388 435 871	67 412 210	1 613 248 245	21 171 873 043	5 244 487 745	78 592 206 072	620 868 282 286
Activo tangível - amortizações e imparidades										
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	72 610 428 514	138 784 689 262	3 957 512 772	4 861 530 852	6 637 842	707 808 797	13 611 859 329	2 988 750 487	-	237 520 185 585
Saldo no período	(2 923 810)	-	(200 743)	-	-	-	-	-	-	(3 124 553)
Depreciações do exercício	5 866 532 670	10 666 190 857	380 420 862	670 578 463	34 815 744	85 508 020	1 291 719 456	484 570 817	65 729 401	19 381 429 881
Imparidades	155 577 872	-	-	-	-	-	-	-	28 988 543	250 295 616
Aliquotações, abates e transferências	(502 880 804)	(784 738 867)	(141 433 739)	(665 789 773)	(17 482 012)	(65 901 151)	(2 036 874 581)	(63 912 985)	-	(4 180 671 703)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	78 128 764 242	148 099 153 472	4 105 299 142	4 866 449 542	24 921 374	827 306 677	12 884 701 204	3 465 143 719	28 083 543	253 005 518 808
Valor líquido	100 875 814 661	183 583 467 286	2 126 002 668	1 521 987 129	43 390 836	686 941 568	8 287 171 839	1 779 344 026	78 564 122 529	378 862 763 478



	31/12/2020									
	Construções	Equipamento básico	Mobiliário e equipamento administrativo social	Equipamento de transporte	Taxa e viabilidade	Ferramentas e utensílios	Activos de exploração e avaliação de recurso mineral	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em euro	Total
Activos tangíveis - custo										
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	150 244 766 406	306 728 423 276	6 617 030 678	6 703 080 882	10 323 543	1 402 013 816	22 106 672 964	4 602 167 191	58 564 857 606	675 000 046 814
Aquisições	898 760 826	2 361 191 587	333 744 096	666 169 762	99 792	68 640 646	1 301 814 768	622 318 976	19 462 727 468	21 644 665 246
Alterações, abates e transferências	6 691 026 893	12 463 324 370	(1 826 160 608)	(57 816 968)	(12 303)	(48 967 887)	(2 472 484 506)	(108 620 160)	(17 476 718 785)	(3 956 967 886)
Diferenças cambiais	8 696 444	-	2 825 287	7 300 283	-	-	70 061	161 306 613	1 123 000 006	1 264 287 686
Ajustamentos	(1 025 471 966)	(212 688 050)	186 102 362	(139 900 523)	-	6 868 180	4 468 261 672	(238 183 550)	613 712 565	657 672 425
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	172 718 716 951	320 366 071 156	8 231 042 454	8 238 515 394	(4 498 002)	1 821 352 783	26 615 261 263	4 619 631 011	59 322 438 779	684 920 629 239
Activos tangíveis - amortizações e imparidades										
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	66 268 429 364	130 306 793 286	6 540 600 861	4 611 046 883	6 680 130	664 208 210	9 708 664 242	3 788 059 296	-	219 333 400 370
Depreciações do exercício	6 824 302 222	10 043 081 744	386 317 304	637 771 624	10 846	128 828 503	814 847 343	140 718 386	-	18 174 665 942
Imparidades	86 706 797	-	-	-	-	-	-	36 148 113	-	447 867 910
Alterações, abates e transferências	1 374 743 737	(1 538 032 756)	(2 080 626 867)	(112 043 307)	(12 303)	(30 642 703)	830 867 133	(129 153 240)	-	(1 672 719 401)
Ajustamentos	46 203 384	(328 123 012)	3 211 404	(78 136 269)	(1)	6 024 668	2 240 840 611	(668 030 073)	-	1 246 801 743
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	73 612 426 314	138 764 660 282	3 837 212 772	4 621 638 185	4 687 481	797 638 707	15 811 656 358	3 888 750 487	-	237 629 188 547
Valor líquido	102 106 290 637	181 601 410 874	4 393 829 682	3 616 877 209	3 202 521	1 023 714 076	10 803 604 905	730 880 524	59 322 438 779	447 291 440 692

As adições de activos tangíveis em 2021 compreendem, essencialmente, o seguinte:

Aquisição de novos equipamentos para a modernização e expansão da rede de telecomunicações, bem como o aumento da capacidade de telefonia móvel;

A novas ligações para distribuição de energia e à conclusão dos seguintes projectos:

- Eletrificação rural Província de Niassa
- Eletrificação de vilas fronteiriças Zambézia, Manica e Tete

Donativo chave na mão do Aeroporto Filipe Jacinto Nyusi;

Trabalhos adicionais no âmbito do Projecto de Reabilitação da Pista e Áreas de Manobra do Aeroporto Internacional de Maputo;

Trabalhos relacionados com o projecto (em curso) VSAT Doméstico, HF e AMHS na FIR da Beira;

Compra do posto de abastecimento de Chimoio;

Aquisição de equipamento informático (Hewlett Packard Enterprise Foundation Care) e equipamento de telecomunicações (transformadores, geradores e outros);

Aquisição de diverso equipamento de transporte e administrativo.

Os investimentos em curso incluem a modernização da rede em curso com a aquisição de Power System, Base station e diversos equipamentos da Huawei que suportam a rede 4G LTE e 5G o qual se espera que venha a ser concluído em 2023.

Os activos tangíveis por sector de actividade do Grupo IGEPE, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava-se como segue:

	31/ 12/ 2021			
	Construções	Equipamento básico	Outros activos tangíveis	Total
Sector de actividade				
Comunicação e Media	1 291 121 181	2 386 922 787	119 699 080	3 797 743 048
Energia	27 943 246 712	162 944 836 843	61 939 518 200	252 827 601 755
Financeiro	408 578 347	-	167 211 025	575 789 372
Imobiliário	67 490	1 073 691	38 428 438	39 569 619
Infraestruturas	31 418 460 662	958 705 091	1 242 455 934	33 619 621 687
Oil & Gas	8 716 993 168	539 563 096	14 011 636 708	23 268 192 972
Saúde	81 643 593	(688 399)	358 455 012	439 410 206
Seguros	1 557 232 869	50 904 791	120 906 101	1 729 043 760
Serviços	63 212 126	1 756 723	13 942 093	78 910 942
Tecnologia	370 944 000	99 513	1 028 232	372 071 745
Telecomunicações	10 127 252 775	6 634 942 886	3 118 634 440	19 880 830 101
Transportes e logística	19 014 816 105	9 132 921 989	12 112 913 149	40 260 651 243
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	100 993 569 027	182 651 039 012	93 244 828 412	376 889 436 451



Incorporação das Ex Instalações da Construtora Regional Sul (mais conhecido como edifício Petroauto) como um activo tangível de investimento. A classificação como activo tangível de investimento foi feita em 2014 por decisão da administração da empresa uma vez que a recuperação da quantia registada é feita por débito de rendas em contractos de locação. Em 31 de Dezembro o imóvel encontrava-se arrendado a SGS, Auto Sueco e Petrogás.

Estes activos geraram rendimentos fixos e variáveis que estão apresentados na Nota 29.

5. Goodwill

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o goodwill decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	31/ 12/ 2021			
	Custo	Amortização	Imparidade	Total
Goodwill				
Petrogas, S.A.	46 276 789	-	-	46 276 789
Petrobeira	1 192 896	-	-	1 192 896
Autogás	26 338 400	-	-	26 338 400
Maputo Office Park	20 789 883	-	(20 789 883)	-
	94 597 968	-	(20 789 883)	73 808 085

	31/12/2020			
	Custo	Amortização	Imparidade	Total
Goodwill				
Petrogas, S.A.	46 276 789	-	-	46 276 789
Petrobeira	1 192 896	-	-	1 192 896
Autogás	26 338 400	-	-	26 338 400
Maputo Office Park	20 789 883	-	-	20 789 883
	94 597 968	-	-	94 597 968

6. Activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de activos intangíveis decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	31/ 12/ 2021				
	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Activos intangíveis - custo					
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	16 965 436	6 101 997 357	887 658 994	174 012 374 628	181 018 996 415
Entradas no perímetro	-	-	2 593 000	-	2 593 000
Aquisições	637 380	18 188 531	57 857 216	34 649 106 282	34 725 789 408
Alienações, abates e transferências	(494 267)	(739 000)	3 059 637	(40 181 595)	(38 355 224)
Diferenças cambiais	-	(212 924 088)	(106 441)	(19 776 680 957)	(19 989 691 486)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	17 108 549	5 906 522 800	951 062 407	188 844 638 358	195 719 332 113
Activos intangíveis - amortizações e imparidades					
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	15 834 251	3 712 007 438	625 930 425	-	4 353 772 114
Entradas no perímetro	-	-	2 593 000	-	2 593 000
Depreciações do exercício	306 264	604 922 802	93 092 484	-	698 321 550
Imparidades	-	-	-	30 874 172	30 874 172
Alienações, abates e transferências	(260 267)	(148 502 355)	(368 141)	-	(149 130 763)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	15 880 248	4 168 427 885	721 247 768	30 874 172	4 936 430 073
Valor líquido	1 228 301	1 738 094 915	229 814 638	188 813 764 186	190 782 902 040

Handwritten signature and date:
31/12/2021

	31/12/2020				Total
	Despesas de desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Software	Activos Intangíveis em curso	
Activos Intangíveis - custo					
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	17 234 509	6 957 236 178	876 711 793	107 546 065 901	115 397 248 381
Aquisições	(269 073)	261 749 967	6 719 068	50 737 645 781	51 005 845 742
Alienações, abates e transferências	-	(1 123 659 956)	4 026 000	(127 427 782)	(1 247 061 738)
Diferenças cambiais	-	6 671 168	202 134	15 856 090 728	15 862 964 030
Ajustamentos	403 960	(227 553 353)	127 956 932	(20 598 041 755)	(20 697 234 217)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	16 965 436	6 101 997 357	887 658 994	174 012 374 628	181 018 996 415
Activos Intangíveis - amortizações e imparidades					
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	15 757 840	3 532 776 149	572 082 293	571 000	4 121 187 282
Depreciações do exercício	216 532	516 946 680	92 953 175	-	610 116 387
Alienações, abates e transferências	-	(587 499 607)	(155 303)	-	(587 654 910)
Ajustamentos	(140 121)	249 784 216	(38 949 740)	(571 000)	210 123 355
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	15 834 251	3 712 007 438	625 930 425	-	4 353 772 114
Valor líquido	1 131 185	2 389 989 919	261 728 569	174 012 374 628	176 665 224 301

A rubrica de propriedade industrial inclui, essencialmente, o seguinte:

Licenças de telecomunicações. O direito de utilização dos espectros nas faixas de 800Mhz concedido pelo Instituto das Comunicações de Moçambique através do leilão e pela Afritel através da transmissão de licenças;

Direitos de concessão. Direitos de concessão da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) de explorar e produzir gás natural nos campos de Pande e Temane. Este direito expira em 2033.

[Handwritten signature]
27

A rubrica de activos intangíveis em curso inclui investimentos feitos na fase de pesquisa da Área 4, onde a ENH tem um interesse participativo de 10%. Os investimentos nesta área ascenderam a 65.566.156.784 Meticais, à data de 31 de Dezembro de 2021, incluindo capital, juros e diferenças cambiais. Os investimentos correspondentes ao interesse participativo da ENH foram financiados pelos parceiros da Área 4 (Mozambique Rovuma Venture, Galp Energia Rovuma B.V. e Korea Gas Corporation). O financiamento dos activos de exploração de recursos naturais da Área 1 corresponde a um montante de 123.206.465.170 Meticais, que inclui capital, juros e diferenças cambiais e representa todas as despesas incorridas desde o início das actividades de pesquisa até 31 de Dezembro de 2021.

De acordo com o contracto de concessão de pesquisa e exploração (EPCC), os custos incorridos até à data da aprovação do plano de desenvolvimento são suportados pela concessionária (TOTAL, então Anadarko Petroleum Corporation) e pelos outros participantes, sob a forma de Carry à ENH, E.P.

O contracto de concessão para a pesquisa e produção na Área 1 Offshore do Bloco de Rovuma foi assinado em Dezembro de 2007, entre o Governo de Moçambique, Anadarko Petroleum Corporation e a ENH, E.P.

7. Investimentos em associadas

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rúbrica de investimentos em associadas decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos mensurados pelo método da equivalência patrimonial		
Em subsidiárias	519 076 989	205 741 418
Em associadas	<u>22 663 984 833</u>	<u>20 672 593 203</u>
	23 183 061 822	20 878 334 621
Imparidades		
Em subsidiárias	(5 670 000)	(5 670 000)
Em associadas	<u>(597 991 064)</u>	<u>(606 302 227)</u>
	(603 661 064)	(611 972 227)
	22 579 400 758	20 266 362 393

Estão incluídos nesta rubrica os investimentos em subsidiárias que não foram incluídos no perímetro de consolidação (ver Nota 3).



Handwritten signature and date: 27/12/21

Os investimentos em subsidiárias e associadas mais significativos discriminam-se como segue:

	Período	
	31/12/2021	31/12/2020
Subsidiárias e Associadas		
Maputo Port Development Company	4 813 414 970	4 981 498 917
Coomelder Moçambique	2 670 155 684	2 659 954 770
ROMPCO	3 982 648 415	2 529 647 939
Motraco, S.A.	1 963 844 313	2 282 519 573
DP World Maputo S.A.	2 135 940 882	2 194 385 600
Empresa de Dragagem do Porto de Maputo	1 209 575 262	1 193 169 345
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo, S.A.	378 365 555	787 835 541
Matoia Gas Company, S.A.	672 909 077	529 084 584
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A.	525 000 000	525 000 000
Tv Cabo	520 645 958	402 146 940
CTRG	1 412 173 838	388 683 904
Proindicus	332 500 000	344 249 890
Petrobeira	333 685 876	274 818 547
LIA - Limpopo Industrias Alimentares, S.A.	164 151 615	164 151 615
Petromoc Bunkering Limitada	134 408 000	126 008 000
Petromoc&Sasol	966 072 318	889 556 448
Transcom, S.A.	32 548 669	43 913 442
Inpetro	79 446 980	81 636 155
Televisa	145 923 362	58 241 614
Portos do Norte S.A.	48 873 723	51 105 300
Emeritus (ZIMRE)	51 237 678	23 292 077
ENH Khogas	298 914 937	-
Outras entidades	310 624 710	347 434 420
	23 183 061 822	20 878 334 621

Estes investimentos estão mensurados de acordo com o método da equivalência patrimonial.

Os movimentos nas imparidades foram os seguintes:

	31/ 12/ 2021			
	Saldo Inicial	Imparidade do período	Reversão de imparidade no período	Saldo final
Movimento nas Imparidades				
CAIC - Complexo Agro-Industrial de Chokwe	350 000	-	-	350 000
SMI - Sociedade de Manutenção Imobiliária	5 320 000	-	-	5 320 000
	5 670 000	-	-	5 670 000
AutoGás	2 564 604	-	-	2 564 604
EMATUM	5 100 000	-	-	5 100 000
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A.	525 000 000	-	-	525 000 000
Carteira Móvel	37 500 000	-	-	37 500 000
Mozaico de Índigo	36 137 624	-	(8 311 163)	27 826 460
	606 302 227	-	(8 311 163)	597 991 064
	611 972 227	-	(8 311 163)	603 661 064

	31-12-20				
	Saldo Inicial	Ajustamento	Imparidade do período	Reversão de imparidade no período	Saldo final
Movimento nas Imparidades					
CAIC - Complexo Agro-Industrial de Chokwe	-	-	350 000	-	350 000
SMI - Sociedade de Manutenção Imobiliária	5 320 000	-	-	-	5 320 000
	5 320 000	-	350 000	-	5 670 000
AutoGás	2 564 604	-	-	-	2 564 604
EMATUM	5 100 000	-	-	-	5 100 000
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A.	124 401 039	-	400 598 961	-	525 000 000
Carteira Móvel	37 500 000	-	-	-	37 500 000
Outras	36 308 988	(36 308 988)	-	-	-
	242 012 254	-	400 598 961	-	603 302 227
	247 332 254	-	400 948 961	-	611 972 227

Handwritten signature and number 37

8. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de outros activos financeiros decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31/12/2021	31/12/2020
Outros investimentos financeiros	498 175 185	1 169 464 555
Imparidade - Outros investimentos financeiros	(71 029 968)	(30 516 487)
	427 145 217	1 138 948 068
Investimentos detidos até à maturidade	490 322 402	181 370 300
Imparidade - Investimentos detidos até à maturidade	(229 427 030)	-
	260 895 372	181 370 300
	688 040 589	1 320 318 368

Os outros investimentos financeiros detalham-se como segue:

	Período	
	31/12/2021	31/12/2020
Outros investimentos financeiros		
Coca-Cola	64 323 300	64 323 300
Portugal Telecom	38 899 230	38 899 230
Rascom	32 670 166	32 670 166
West Indian Ocean Company (WIOCC)	26 505 000	26 505 000
Cervejas de Moçambique, S.A	110 861 200	133 033 440
Cimentos de Moçambique	40 446 303	66 700 518
Outros investimentos financeiros	184 469 986	807 332 901
	498 175 185	1 169 464 555

Os outros investimentos não discriminados respeitam maioritariamente a investimentos diversos detidos pelo BNI.

Os investimentos financeiros detidos até à maturidade detalham-se como segue:

	Período	
	31/12/2021	31/12/2020
investimentos financeiros detidos até à maturidade		
Obrigações Bayport 2018 1ª série	-	80 000 000
Obrigações Bayport 2016	-	50 000 000
Obrigações do Tesouro 2019 6ª série	-	29 555 500
Obrigações Bayport 2019 1ª série	21 814 800	21 814 800
Obrigações de Tesouro 2021 - 7ª série	49 750 995	-
Obrigações- Bayport 2021 - 1ª série	51 975 900	-
Obrigações Bayport 2021 - 1ª série	25 745 400	-
Obrigações Bayport 2021 - 3ª série	22 270 000	-
Obrigações Bayport 2021 - 3ª série	44 250 500	-
Obrigações de Tesouro 2021- 2ª série	100 000 000	-
Bilhetes do Tesouro - Banco BiG	80 764 679	-
Bilhetes de Tesouro - Banco de Moçambique	93 749 984	-
Ajustamento em títulos	144	-
	490 322 402	181 370 300

Estes investimentos incluem aplicações de curto prazo em instituições financeiras (Operações do Mercado Monetário Interbancário e Reverse Repo).

Os investimentos detidos até a maturidade compreendem, entre outros:

Obrigações de Tesouro 2021 - 7ª série - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 09 de Agosto de 2026 e rende juros a uma taxa anual fixa de 14,25%. Os juros são pagos trimestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento;

Obrigações- Bayport 2021 - 1ª série - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 21 de Maio de 2026 e rende juros a uma taxa anual fixa para o Primeiro cupão de 18%. A taxa de juro anual nominal aplicável ao Segundo cupão e seguintes, será variável e igual às taxas de juro médias ponderadas das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 90 dias (“Indexante”), conforme publicado pelo Banco de Moçambique. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento;

Obrigações Bayport 2021 – 1ª série - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 21 de Maio de 2026 e rende juros a uma taxa anual fixa para o Primeiro cupão de 18%. A taxa de juro anual nominal aplicável ao Segundo cupão e seguintes, será variável e igual às taxas de juro médias ponderadas das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 90 dias (“Indexante”), conforme publicado pelo Banco de Moçambique. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento;

Obrigações Bayport 2021 - 3ª série - foram adquiridos pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 27 de Julho de 2025 e rende juros a uma taxa anual fixa para o Primeiro cupão de 18%. A taxa de juro anual nominal aplicável ao Segundo cupão e seguintes, será variável e igual à média das taxas de juro médias ponderadas das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 360 dias (“Indexante”), conforme publicado pelo Banco de Moçambique, acrescida de uma margem. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento;

Obrigações Bayport 2021 - 3ª série - foram adquiridos pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 27 de Julho de 2025 e rende juros a uma taxa anual fixa para o Primeiro cupão de 18%. A taxa de juro anual nominal aplicável ao Segundo cupão e seguintes, será variável e igual à média das taxas de juro médias ponderadas das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 360 dias (“Indexante”), conforme publicado pelo Banco de Moçambique, acrescida de uma margem. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento;

Obrigações de Tesouro 2021 - 2ª série - foram adquiridos pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 24 de Fevereiro de 2026 e rende juros a uma taxa anual fixa de 13% durante os primeiros 2 pagamentos e variável nos 8 últimos pagamentos. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento;

Obrigações Bayport 2019 – 1ª série, adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 12 de Abril de 2024, e rende juros a uma taxa anual fixa de 20%. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolso, de uma só vez, na data de vencimento;

BT do Banco BIG - foram adquiridos pelo prazo de 182 dias, tendo o seu vencimento em 05 de Abril de 2022 e rende juros a uma taxa anual de 13%;

BT do Banco de Moçambique tipo "B" - foram adquiridos pelo prazo de 182 dias, tendo o seu vencimento em 27 de Abril de 2022 e rende juros a uma taxa anual de 13.37%.

9. Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31/12/2021	31/12/2020
Outros investimentos disponíveis para venda	3 811 051 784	4 285 211 776
Imparidade - Outros investimentos disponíveis para venda	(5 408 352)	(261 026 180)
	3 805 643 432	4 024 185 596

Os outros investimentos disponíveis para venda incluem:

		Período	
		31/12/2021	31/12/2020
Investimentos detidos para venda			
Nosso Banco	100%	222 961 919	222 961 919
Central Solar de Metoro, S.A	25%	33 199 765	33 199 765
Coral FNLG, S.A.	10%	9 926 163	11 995 160
Rovuma LNG, S.A.	10%	11 091 931	11 984 000
Outros investimentos detidos para venda		15 230 086	16 314 831
		292 409 864	296 455 675
Investimentos disponíveis para venda			
Banco Internacional de Moçambique	4%	1 670 693 274	1 558 524 329
Obrigações do tesouro	0%	613 237 161	1 005 581 060
Outros títulos	0%	528 241 998	434 987 777
Banco BIG, S.A	11%	231 750 832	284 774 830
Empresas privadas	0%	298 071 685	219 732 724
Zep- Re (Companhia de Resseguros PTA)	2%	113 278 888	126 431 458
Bilhetes do tesouro	0%	45 270 000	91 157 436
Outros investimentos disponíveis para venda		18 098 082	267 566 487
		3 518 641 920	3 988 756 101
		3 811 051 784	4 285 211 776

Handwritten signature and date: 27

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem, entre outros, obrigações de tesouro, obrigações corporativas, nomeadamente:

Obrigações do Tesouro 2018 (1ª Série) representativas de 500.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 27 de Março de 2018, vencidas em 28 de Março de 2021. Os títulos remuneravam juros numa base semestral à taxa anual de 19% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescido de spread de 1,5%.

Obrigações do Tesouro 2018 (5ª Série) representativas de 2.390.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 08 de Agosto de 2018, com uma maturidade de 3 anos, vencidas em 08 de Agosto de 2021. Os títulos pagavam juros numa base semestral à taxa anual de 16% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida de spread de 1,5%.

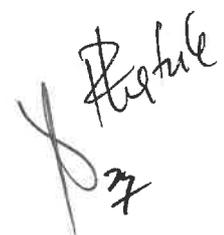
Obrigações do Tesouro 2018 (7ª Série) representativas de 410.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 12 de Setembro de 2018, com uma maturidade de 3 anos, vencidas em 12 de Setembro de 2021. Os títulos pagavam juros numa base semestral à taxa anual de 16% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida de spread de 1,5%.

Obrigações do Tesouro 2018 (10ª Série) representativas de 267.752 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 24 de Outubro de 2018, com uma maturidade de 3 anos, vencidas em 24 de Outubro de 2021. Os títulos pagavam juros numa base semestral à taxa anual de 16% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida de spread de 1,5%.

Obrigações do Tesouro 2018 (12ª Série) representativas de 152.330 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 28 de Novembro de 2018, com uma maturidade de 3 anos, vencidas em 28 de Novembro de 2021. Os títulos pagavam juros numa base semestral à taxa anual de 16% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida de spread de 1,5%.

Obrigações do Tesouro 2019 (3ª Série) representativas de 30.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 27 de Fevereiro de 2019, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 105,29 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2019 (9ª Série) representativas de 450.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 12 de Junho de 2019, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 100,04 cada à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual fixa de 12%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.



Handwritten signature and initials.

Obrigações do Tesouro 2020 (3ª Série) representativas de 4.110.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 11 de Março de 2020, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de MT 105,98 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 12% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2020 (4ª Série) representativas de 100.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 25 de Março de 2020, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 106,71 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 12% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2020 (9ª Série) representativas de 139.114 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 09 de Setembro de 2020, com uma maturidade de 3 anos, apresentando um justo valor de 98,13 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 10% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2020 (10ª Série) representativas de 435.664 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 07 de Outubro de 2020, com uma maturidade de 6 anos, apresentando um justo valor de MT 106,85 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 10% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos quatro cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida de spread de 1,5%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2021 (6ª Série) representativas de 100.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 21 de Julho de 2021, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 109,26 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14,25% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos dez cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida de spread de 0,75%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2021 (8ª Série) representativas de 100.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 22 de Setembro de 2021, com uma maturidade de 4 anos, apresentando um justo valor de MT 105,21 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14,00% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos dez cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida de spread de 0,75%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Obrigações do Tesouro 2021 (9ª Série) representativas de 300.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 11 de Novembro de 2021, com uma maturidade de 2 anos, apresentando um justo valor de MT 102,81 cada, à data de relato. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual de 14,00% para os primeiros dois cupões e variável para os últimos dez cupões indexados à taxa de juro média ponderada das últimas seis

emissões de Bilhetes do Tesouro (com prazo superior a 63 dias) acrescida de spread de 0,25%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

Os Bilhetes do Tesouro têm um valor total de MT 45.270.000,00 e são remuneráveis à taxa de juro média anual de 13,41%. O juro e o capital serão pagos na maturidade dos títulos.

Os investimentos em títulos de empresas privadas são constituídos pelos seguintes instrumentos de dívida:

Obrigações Opportunity Bank 2018 (2ª Série) representativas de 1.800.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 29 de Junho de 2018, por 3 anos, vencidos em 29 de Junho de 2021. Os títulos remuneravam juros numa base semestral à taxa anual fixa de 21,50%.

Obrigações Corporativas Bayport 2021 (1ª Série) representativas de 82.087,12 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 21 de Maio de 2021 com uma maturidade de 5 anos. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual fixa de 18,00% para o primeiro cupão e variável para os restantes cupões indexados à taxa de juro média ponderada das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 90 dias, acrescida de uma margem de 4,50%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

À data de relato os títulos apresentam justo valor de 116,27 cada.

Obrigações Corporativas Bayport 2021 (2ª Série) representativas de 67.913 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidas em 26 de Julho de 2021 com uma maturidade de 5 anos. Os juros são pagos numa base semestral à taxa anual fixa de 18,00% para o primeiro cupão e variável para os restantes cupões indexados à taxa de juro média ponderada das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro com maturidade acima de 360 dias, acrescida de uma margem de 4,50%. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade.

À data de relato os títulos apresentam justo valor de 123,41 cada.

Papel Comercial MYBUCKS 2021 representativos de 2.500.000 títulos com valor nominal de MT 100 cada, emitidos em 29 de Junho de 2021 por 1 ano. Os juros são pagos numa base semestral a uma taxa anual de 18,90% fixa durante a sua maturidade. O capital será reembolsado na totalidade na data da maturidade. À data de relato os títulos apresentam justo valor de MT 102,67 cada.



10. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de inventários decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	12/31/2021			Saldo final
	Em armazém	Em poder de terceiros	Ajustamentos	
Inventários				
Mercadorias	2 212 819 140	-	(265 204 766)	1 947 614 374
Produtos acabados e intermédios	2 733 628	3 187 452	-	5 921 080
Produtos ou serviços em curso	17 274 378	-	-	17 274 378
Matérias primas, auxiliares e materiais	8 198 258 236	-	(88 587 497)	8 109 670 739
	10 433 938 634	3 187 452	(353 792 263)	10 083 333 823

	12/31/2020			Saldo final
	Em armazém	Em poder de terceiros	Ajustamentos	
Inventários				
Mercadorias	1 585 544 929	-	(344 508 324)	1 241 036 605
Produtos acabados e intermédios	17 840 318	-	-	17 840 318
Produtos ou serviços em curso	16 776 691	-	-	16 776 691
Matérias primas, auxiliares e materiais	7 652 467 485	-	(119 734 442)	7 532 733 042
	9 272 629 422	-	(464 242 766)	8 808 386 656

As mercadorias incluem combustíveis, medicamentos, recargas, cartões iniciais, entre outros.

A rubrica de Matérias-primas, auxiliares e materiais inclui material eléctrico, material mecânico, material de construção, peças, sobressalentes, combustíveis, lubrificantes, entre outros.

Os movimentos nos ajustamentos de inventários em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentam-se como segue:

	31/12/2021				Saldo final
	Saldo inicial	Ajustamentos do período	Reversão de ajustamentos no período	Utilização	
Movimento nos ajustamentos de inventários					
Mercadorias	344 508 324	-	(79 303 558)	-	265 204 766
Matérias primas, auxiliares e materiais	119 734 442	21 289 192	(7 756 702)	(44 679 435)	88 587 497
	464 242 766	21 289 192	(87 060 260)	(44 679 435)	353 792 263
			65 771 068		

	31/12/2020				Saldo final
	Saldo Inicial	Ajustamentos do período	Reversão de ajustamentos no período	Utilização	
Movimento nos ajustamentos de Inventários					
Mercadorias	27 328 492	317 179 832	-	-	344 508 324
Matérias primas, auxiliares e materiais	86 071 543	(20 159 969)	62 939 000	(9 116 132)	119 734 442
	113 400 035	302 662 000	62 939 000	(9 116 132)	464 242 766

Handwritten signature and initials

A variação da produção e de trabalhos em curso de inventários em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresenta-se como segue:

	12/31/2021			Variação da produção
	Saldo inicial	Regularizações	Saldo final	
Variação da produção e de trabalhos em curso				
Produtos acabados e intermédios	2 843 371	3 491 540	-	648 169
	2 843 371	3 491 540		648 169

	31/12/2020			Variação da produção
	Saldo inicial	Regularizações	Saldo final	
Variação da produção e de trabalhos em curso				
Produtos acabados e intermédios	-	4 018 450	-	2 843 371
		4 018 450		2 843 371

O movimento do custo dos inventários vendidos ou consumidos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresenta-se como segue:

	31-12-21				Custo dos inventários
	Saldo Inicial	Compras	Regularizações	Saldo final	
Custo dos Inventários vendidos ou consumidos					
Mercadorias	1 585 544 929	17 035 281 218	54 412 305	(2 212 819 140)	16 462 419 311
Matérias primas, auxiliares e materiais	7 652 467 485	30 160 365 597	(54 631 352)	(8 198 258 236)	29 559 943 493
	9 238 012 413	47 195 646 814	(219 047)	(10 411 077 376)	46 022 362 804

	31/12/2020				Custo dos inventários
	Saldo Inicial	Compras	Regularizações	Saldo final	
Custo dos Inventários vendidos ou consumidos					
Mercadorias	2 264 082 340	12 693 891 099	-	(1 585 544 929)	13 372 428 510
Matérias primas, auxiliares e materiais	6 360 998 550	34 328 111 466	(1 435 919 852)	(7 652 467 485)	31 600 722 680
	8 625 080 890	47 022 002 565	(1 435 919 852)	(9 238 012 413)	44 973 151 190

11. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de clientes decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Periodo	
	31-12-2021	31-12-2020
Clientes		
Clientes c/c	44 709 920 477	51 828 015 011
Clientes títulos a receber	578 715	4 423 502
Clientes de cobrança duvidosa	717 877 243	3 529 517 410
	45 428 376 436	55 361 955 923
Imparidade de contas a receber		
Clientes c/c	(14 535 848 968)	(13 442 226 425)
Clientes títulos a receber	-	(101 342)
Clientes de cobrança duvidosa	(3 007 359 108)	(3 053 880 162)
	(17 543 208 076)	(16 496 207 929)
	27 885 168 360	38 865 747 994



[Handwritten Signature]
27

Os movimentos nas imparidades de contas a receber em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentam-se como segue:

	Saldo inicial	Imparidade do período	31/ 12/ 2021		Saldo final
			Reversão de imparidade no período	Utilização imparidade acumulada	
Movimento nas imparidades de contas a receber					
Imparidade de clientes c/ c	13 442 226 425	3 696 593 176	(2 304 495 570)	(298 475 064)	14 535 848 967
Imparidade de clientes títulos a receber	101 342	-	-	(101 342)	-
Imparidade de clientes de cobrança duvidosa	3 053 880 162	13 972 243	(53 760 163)	(6 733 134)	3 007 359 108
Imparidade de outros devedores	4 419 374 489	831 851 998	(130 288 560)	234 690 138	5 355 628 065
	20 915 582 418	4 542 417 417	(2 488 544 293)	(70 619 401)	22 898 836 141
			(2 053 873 124)		

	Saldo inicial	Imparidade do período	31/12/2020		Saldo final
			Ajustamento	Reversão de imparidade no período	
Movimento nas imparidades de contas a receber					
Imparidade de clientes c/c	13 417 994 624	2 300 972 377	(86 934 084)	(865 226 369)	13 442 226 425
Imparidade de clientes títulos a receber	101 342	-	-	-	101 342
Imparidade de clientes de cobrança duvidosa	3 249 144 146	15 936 110	-	(211 189 481)	3 053 880 162
Imparidade de outros devedores	2 283 579 859	1 742 477 486	465 438 490	(11 135 215)	4 419 374 489
	18 950 819 971	4 059 385 973	378 504 407	(1 087 551 065)	20 915 582 418
			(3 350 338 315)		

12. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de outros activos correntes decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Outros activos correntes		
Adiantamentos a fornecedores	2 421 590 035	2 393 788 219
Estado e outros organismos públicos		
IRPC a recuperar	1 018 065 014	1 300 180 175
Pagamentos por conta	125 837 306	161 037 330
Pagamento especial por conta	3 466 092	3 234 920
IVA a recuperar	4 098 671 863	10 946 162 868
IVA reembolsos pedidos	1 576 233 542	256 605 903
Estado e outros organismos públicos	1 630 516 688	986 008 867
Pessoal	727 060 181	873 636 603
Obrigacionistas	8 318 021	-
Empréstimos concedidos	618 981 790	2 582 791 652
Sócios e acionistas		
Subscritores de capital	6 688 653 081	6 517 708 714
Adiantamento por conta de lucros	1 240 000	1 318 000
Lucros disponíveis	110 453 000	14 063 000
Outras operações	13 289 527 680	486 026 581
Outros devedores		
Entidades privadas	1 393 544 000	967 505 000
Devedores diversos	12 175 603 076	13 680 905 044
Perdas por imparidade acumuladas - Outros devedores	(5 355 628 065)	(4 419 374 489)
Acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	267 453 995	134 107 097
Outros acréscimos de rendimentos	2 426 120 985	2 259 759 468
Gastos diferidos		
Desconto de emissão de títulos de participação	503 193 919	-
Seguros	2 705 128	38 363 476
Outros gastos diferidos	954 533 609	1 519 728 916
	44 686 140 940	40 703 557 343



Handwritten signature and date: 27/12/2021

A rubrica de devedores diversos inclui um saldo de 3.316.709.561 Meticais, correspondente ao valor dos dividendos atribuídos pela CEZA ao Grupo, entregues directamente por aquela ao Tesouro, no montante de 19.000.000 Dólares norte-americanos (equivalentes a 1.409.040.001 milhares de Meticais), correspondentes aos exercícios de 2011 a 2013; 467.669.560 Meticais correspondentes ao exercício de 2018 e 1.440.000.000 Meticais que respeitam aos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2019.

O saldo dos subscritores de capital corresponde a um valor do aumento do capital social ainda não realizado na Petromoc.

13. Caixa e bancos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de caixa e bancos decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Caixa e bancos		
Caixa	14 635 334 879	102 391 828
Depósitos a ordem	22 435 340 813	36 671 013 366
Depósitos com pré-aviso	173 010 640	36 712 557
Depósitos a prazo	5 542 366 623	21 932 712 508
Depósitos em moeda estrangeira	9 446 334 133	469 363 335
	52 232 387 088	59 212 193 594
Imparidade de outros activos		
Bancos	(11 276 635)	(130 315 980)
	(11 276 635)	(130 315 980)
	52 221 110 453	59 081 877 614

14. Activos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Activos não correntes detidos para venda decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Activos não correntes detidos para venda		
Activos não correntes detidos para venda	758 241 959	1 278 351 653
Imparidade	(239 755 858)	(690 021 653)
	518 486 101	588 330 000

Nesta rubrica encontram-se registados imóveis e equipamentos que foram obtidos através da dação em cumprimento de créditos em dívida.

Durante o exercício de 2021, procedeu-se à venda de uma das duas aeronaves que estavam parqueadas em Nairobi pelo montante de 141.812.000 Meticais, tendo apurado uma menos valia de 5.844.126 Meticais (Nota 29).

A aeronave remanescente foi vendida já no decorrer do ano de 2022, pelo preço de 246.480.001 Meticais, tendo o seu justo valor a 31 de Dezembro de 2021 sido ajustado para corresponder ao montante pelo qual acabou por ser vendida.



O movimento da imparidade de activos não correntes detidos para venda a 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresenta-se como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Movimentos na imparidade		
Saldo inicial	690 021 653	-
Imparidades do período	-	147 947 250
Outros movimentos	(372 453 569)	542 074 403
Saldo final	239 755 858	690 021 653

15. Capital próprio

15.1. Capital social

O capital estatutário do IGEPE no montante de 361.014.763 Meticais, encontra-se totalmente realizado e foi fixado por despacho de Sua Excia. a Ministra do Plano e Finanças de 31 de Março de 2013, tendo sido realizado como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Participações financeiras	295 430 800	295 430 800
Dotação monetária	64 325 528	64 325 528
Bens patrimoniais	1 258 435	1 258 435
	361 014 763	361 014 763

15.2. Reservas

As reservas do Grupo IGEPE incluem os seguintes itens:

Reservas legais

De acordo com a lei vigente, deve ser transferida para a reserva legal uma parte não inferior a 5% dos resultados líquidos do exercício, até que esta reserva represente, pelo menos, 20% do capital social (Artº144 do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

O valor apresentado nesta rubrica corresponde ao somatório de todas as reservas legais das empresas incluídas no perímetro de consolidação, na proporção detida pelo Grupo IGEPE.

Reservas de reavaliação e reservas de investimento

Corresponde à parte ainda não realizada da reavaliação efectuada aos activos tangíveis do Grupo IGEPE, a qual se encontra mensurada líquida dos impostos diferidos. É uma reserva não distribuível a accionistas.

Esta reserva é realizada ou pela venda do activo, ou pela sua utilização. A parte correspondente à realização anual desta reserva é transferida para resultados transitados e está disponível para distribuição.

Outras reservas

Estão aqui incluídas as seguintes reservas:

○ Reserva de consolidação

Está aqui incluída a diferença entre os activos, os passivos e os interesses minoritários das participadas que estão incluídas no perímetro de consolidação, mas que são detidas directamente pelo Estado Moçambicano (isto é, empresas nas quais o IGEPE não tem uma participação financeira para anular por contrapartida do reconhecimento dos activos líquidos identificados da participada). A estas empresas é aplicado o método da comunhão de interesses modificado (método aplicável às transacções nas quais não se identifica um adquirente) previsto na IPSAS 40.

○ Reservas estatutárias e reservas livres

Tratam-se de reservas que foram criadas com objectivos diversos e que estão disponíveis para distribuição aos accionistas.

○ Reservas relativas ao método da equivalência patrimonial

Estão aqui registadas as reservas relativas à aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas participadas. O valor incluído nesta rubrica não está disponível para distribuição.

15.3. Outras componentes do capital próprio

São registadas nesta rubrica as reservas de justo valor relativas a activos e passivos financeiros que estão mensurados ao justo valor com as variações reconhecidas nos capitais próprios, nomeadamente, os instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Estas reservas apresentam-se líquidas de impostos diferidos.

16. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de provisões decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	31/ 12/ 2021				Saldo final
	Saldo Inicial	Provisões do período	Reversões do período	Utilizações do período	
Provisões - Não correntes					
Processos judiciais em curso	1 274 224 497	75 766 175	-	(73 416 676)	1 276 573 997
Impostos	847 934 751	824 577 233	-	-	1 672 511 984
Reestruturação de negócios	508 000	-	-	(508 000)	-
Garantias a clientes	6 822 604	13 925 793	-	-	20 748 397
Outras provisões	25 700 695 289	989 015 563	(41 472 138)	(6 845 003 225)	19 803 235 469
	<u>27 830 185 121</u>	<u>1 903 284 764</u>	<u>(41 472 138)</u>	<u>(6 918 927 900)</u>	<u>22 773 069 847</u>
Provisões - Correntes					
Processos judiciais em curso	321 034 714	60 562 398	(3 342 430)	(130 667 557)	247 587 125
Impostos	15 096 949	6 289 972	(5 989 651)	0	15 397 270
Outras provisões	190 341 696	913 343 759	-	(39 602 043)	1 064 083 412
	<u>526 473 359</u>	<u>980 196 129</u>	<u>(9 332 081)</u>	<u>(170 269 600)</u>	<u>1 327 067 807</u>
	<u>28 356 658 480</u>	<u>2 883 480 893</u>	<u>(50 804 219)</u>	<u>(7 089 197 500)</u>	<u>24 100 137 655</u>
			<u>(2 832 676 674)</u>		



31/12/2020						
	Saldo Inicial	Provisões do período	Ajustamentos	Reversões do período	Utilizações do período	Saldo final
Provisões - Não correntes						
Processos judiciais em curso	1 330 302 853	522 644 051	744 973 588 -	2 710 719 -	1 320 085 277	1 274 224 487
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	450 000	-	22 877	-	472 877	-
Impostos	-	-	521 816 574	-	328 116 177	847 934 751
Reestruturação de negócios	508 000	-	-	-	-	508 000
Garantias a clientes	12 090 139	3 450 723	489 070	-	9 187 328	6 822 604
Outras provisões	24 178 190 693	2 008 503 210	3 829 212 887 -	585 695 511 -	3 747 525 810	25 700 805 269
	25 519 541 684	2 534 597 984	5 096 494 797 -	588 398 230 -	4 752 053 114	27 830 185 121
Provisões - Correntes						
Processos judiciais em curso	132 040 241	-	28 447 000	-	182 547 473	321 034 714
Impostos	15 096 949	-	15 096 949	-	15 096 949	15 096 949
Garantias a clientes	-	-	-	4 422 846	4 422 846	-
Outras provisões	49 853 130	11 403 088	-	-	129 085 478	190 341 696
	196 990 320	11 403 088	41 543 949 -	4 422 846	280 958 848	526 473 359
	25 716 532 004	2 546 001 073	5 138 038 746 -	572 819 076 -	4 471 064 266	28 356 658 480
				(7 111 220 743)		

A rubrica das provisões sobre processos judiciais em curso, corresponde a diversos processos judiciais em curso contra o Grupo IGEPE, destacando o Processo judicial n.º 100/2014-N, no montante de 843.069.553 Meticais (2020: 983.077.593 Meticais), no qual o exequente, exige uma compensação no montante de 63.000.000 USD. No dia 14 de Janeiro de 2016, as partes chegaram a um acordo extrajudicial no qual decidiu-se por um pagamento no montante de 12.212.000 USD, e a diferença seria coberta por oportunidades de negócio a identificar futuramente. Posteriormente, em 23 de Fevereiro de 2017, foi assinado um acordo de princípio no qual o exequente comprometeu-se a abdicar da compensação global de 63.000.000 USD em troca de uma participação no capital de uma sociedade do grupo em que a ré se insere.

A rubrica de provisões sobre impostos destina-se a fazer face aos atrasos no pagamento do IRPS e IVA ao Estado.

A rubrica de outras provisões inclui o montante das responsabilidades com fundo de pensões dos trabalhadores do Grupo IGEPE, provisões técnicas de contratos de seguro, a provisão para os custos de encerramento e de reabilitação ambiental respeitante ao bloco de Pande e Temane e a provisão referente a facturas da Aggeko Moçambique, Lda. referentes produção de energia dos exercícios de 2018 e 2021, incluídos juros de mora pelo não pagamento das mesmas em que o Grupo IGEPE ainda não reconheceu as mesmas decorrente de não concordância dos serviços a que são referidos.

Handwritten signature and date: 27

17. Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de empréstimos obtidos decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Empréstimos obtidos - médio e longo prazo		
Bancários	34 635 782 183	205 664 658 201
Obrigações não convertíveis	-	1 400 000 000
Estado	5 125 999 653	9 870 450 324
Outros	188 772 621 954	-
	228 534 403 790	216 935 108 525
Empréstimos obtidos - curto prazo		
Bancários	14 127 091 677	17 814 183 496
Descobertos bancários	753 030 506	692 050 179
Obrigações não convertíveis	2 353 000 000	-
Estado	62 192 000	148 162 088
Outros	81 219 003	60 000 000
	17 376 533 186	18 714 395 763
	245 910 936 976	235 649 504 288

O detalhe dos empréstimos bancários, por participada, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Empréstimos bancários - médio e longo prazo		
AEROPORTOS DE MOÇAMBIQUE, E.P	17 522 882 607	12 182 934 097
CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P	5 436 246 347	2 508 868 000
ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P	2 492 117 000	1 360 800 000
EMPRESA NACIONAL DE HIDROCARBONETOS, E.P	3 663 504 275	176 815 184 926
REGADIO DE BAIXO LIMPOPO, E.P	13 556 790	13 926 512
RÁDIO MOÇAMBIQUE, E.P	4 395 905	24 949 872
TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE, E.P	11 460 522	-
BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS, S.A.	416 041 541	350 517 875
DOMUS - SOCIEDADE DE GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A	10 731 375	30 935 759
EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A	73 056 467	98 340 907
SOCIEDADE DE FARMÁCIAS DE MOÇAMBIQUE, S.A*	-	271 397
LINHAS AÉREAS DE MOÇAMBIQUE, S.A	9 360 758	3 920 077 852
PETROMOC, S.A	3 437 849 118	6 363 557 887
SOCIEDADE NOTÍCIAS, S.A	5 370 105	6 918 142
SILOS E TERMINAL GRANELEIRO DA MATOLA, S.A	40 022 699	105 016 122
MOÇAMBIQUE TELECOM, SA*	1 499 186 675	1 882 358 853
	34 635 782 183	205 664 658 201
Empréstimos bancários - curto prazo		
AEROPORTOS DE MOÇAMBIQUE, E.P	597 369 333	1 097 412 931
ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P	290 066 000	406 827 000
EMPRESA NACIONAL DE HIDROCARBONETOS, E.P	231 481 542	3 754 232 187
REGADIO DE BAIXO LIMPOPO, E.P	29 001 068	-
RÁDIO MOÇAMBIQUE, E.P	11 401 828	-
TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE, E.P	6 160 871	24 237 070
BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS, S.A.	695 746 500	902 544 975
DOMUS - SOCIEDADE DE GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A	10 002 613	-
EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A	55 437 702	44 495 644
LINHAS AÉREAS DE MOÇAMBIQUE, S.A	7 115 872 092	2 970 826 085
PETROMOC, S.A	2 880 556 298	2 975 360 584
SOCIEDADE MOÇAMBICANA DE MEDICAMENTOS, S.A	14 217 854	-
SOCIEDADE NOTÍCIAS, S.A	7 572 850	8 838 557
SILOS E TERMINAL GRANELEIRO DA MATOLA, S.A	6 319 374	(92 783 799)
MOÇAMBIQUE TELECOM, SA*	2 175 885 752	5 722 192 263
	14 127 091 677	17 814 183 496
	48 762 873 860	223 478 841 697

Handwritten signature and initials

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas, por participada, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Empréstimos obrigacionistas - médio e longo prazo		
BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS, S.A.	-	1 400 000 000
	-	1 400 000 000

O detalhe dos empréstimos do Estado, por participada, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Empréstimos do Estado - médio e longo prazo		
AEROPORTOS DE MOÇAMBIQUE, E.P	-	7 480 271 324
CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P	2 573 383 653	2 390 179 000
MOÇAMBIQUE TELECOM, SA*	2 552 616 000	
	5 125 999 653	9 870 450 324
Empréstimos do Estado - curto prazo		
CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P	62 192 000	114 109 000
TRANSMARÍTIMA, S.A	-	34 053 088
	62 192 000	148 162 088
	5 188 191 653	10 018 612 412

O detalhe dos descobertos bancários, por participada, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Descobertos bancários - curto prazo		
LINHAS AÉREAS DE MOÇAMBIQUE, S.A	494 878 585	595 638 673
MOÇAMBIQUE TELECOM, SA*	258 151 921	96 411 506
	753 030 506	692 050 179

O detalhe dos outros empréstimos, por participada, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Outros empréstimos - curto prazo		
SOCIEDADE MOÇAMBIQUANA DE MEDICAMENTOS, S.A	25 000 000	60 000 000
TRANSMARÍTIMA, S.A	56 219 003	-
	81 219 003	60 000 000

Handwritten signature and date: 27/12/2021

18. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de outros passivos financeiros decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Passivos financeiros - Não Correntes		
Credores diversos	66 676 474 947	71 754 408 402
	<u>66 676 474 947</u>	<u>71 754 408 402</u>
Passivos financeiros - Correntes		
Adiantamentos de clientes	7 915 552 816	8 543 612 927
Perdas por imparidade - Adiantamentos de clientes	200 000	-
Fornecedores de investimentos de capital	1 216 563 788	1 040 017 320
Pessoal	415 819 677	175 979 860
Empréstimos obtidos	317 023 476	165 655 721
Sócios e acionistas		
Resultados atribuídos	5 651 000	1 127 990 000
Outros credores		
Credores diversos	22 474 044 706	40 011 731 054
Sindicatos	2 959 656	2 023 910
Consultores, assessores e intermediários	1 213 530	944 038
Outros	141 970 156	466 745 039
	<u>32 490 998 785</u>	<u>51 534 699 869</u>
	<u>99 167 473 732</u>	<u>123 289 108 271</u>

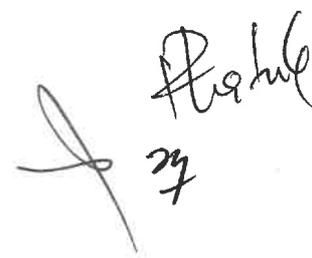
A rubrica de outros passivos financeiros inclui o seguinte:

Suprimentos no montante de 60.700.062.839 Meticais relacionados com os acordos de financiamento repassados pelo Governo, sendo que, no âmbito do entendimento com o Estado, este faz o reembolso ao financiador, cabendo à respectiva Empresa reembolsar o Governo. No princípio de cada ano, o Grupo IGEPE informa por carta ao Ministério das Finanças o valor a pagar naquele ano, dependendo da sua disponibilidade financeira. Os reembolsos são feitos em Meticais e, nos últimos anos, foram alocados somente à Dívida Única.

Reversão da Linha de Sena, no montante de 6.002.246.000 Meticais, que se refere aos financiamentos que a Companhia de Caminhos de Ferro da Beira (CCFB) contraiu junto do International Development Agency (IDA), no montante equivalente a USD 113.863.553,76, e do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante equivalente a USD 27.795.797,26, no âmbito do projecto de reabilitação da linha de Sena, e ao financiamento dos CCFB através de fundos próprios. Devido ao termo do contrato de concessão com o Governo de Moçambique (GM) o empreendimento reverteu para o Grupo.

Responsabilidades no montante de 3.154.491.396 Meticais (2020: 3.024.585.671 Meticais) relativas à taxa de espectro, serviço de acesso universal, atribuição de direitos de utilização de frequências de 800Mhz e outras, no âmbito da exploração dos serviços de telecomunicações.

O saldo da Direcção Nacional do Tesouro, que corresponde a um adiantamento efectuado pelo Estado, no equivalente de USD 2,5 milhões, para o projecto de renovação de frota, dos quais foram amortizados em 2013 cerca de 21 milhões de Meticais. Em 2018, a Direcção Nacional de Tesouro, efectuou um adiantamento de aproximadamente 718 milhões de Meticais e em 2019 no montante de 373 milhões de Meticais.



Handwritten signature and date: 27

O saldo com a Galp, no montante de 1.595.750.000 Meticais (USD 25.000.000), refere-se a um adiantamento para o aumento de capital a realizar numa empresa que o Grupo IGEPE irá criar caso a GALP venha a exercer a opção de investimento nessa Empresa. O Grupo IGEPE, utilizou este valor para efectuar o reembolso integral de obrigações e papel comercial que emitiu e para liquidar um crédito hipotecário e um crédito para apoio à tesouraria. Este adiantamento foi concedido em dólares e não incidem juros sobre o valor em dívida.

A entidade O&G Management - F.Z.E. é parceira da ENH Logistics S.A. e adiantou em Maio de 2016 um valor equivalente a USD 2.799.956 para a aquisição do Edifício JAT V, convertido na data da transacção para moeda nacional.

19. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de fornecedores decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores		
Fornecedores c/c	36 429 056 501	41 980 096 534
	<u>36 429 056 501</u>	<u>41 980 096 534</u>

20. Imposto a pagar

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de imposto a pagar decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Imposto a pagar		
Estimativa de imposto	667 178 141	1 688 805 999
Pagamentos por conta	(45 900 127)	(120 055 756)
Pagamento especial por conta	99 999	89 576
	<u>621 378 013</u>	<u>1 568 839 819</u>

21. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de outras contas a pagar decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

Handwritten signature and initials

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Outros passivos correntes		
Estado e outros organismos públicos		
Impostos retidos na fonte	2 911 220 223	2 669 676 811
IVA a pagar	2 788 333 014	2 265 383 496
Imposto de selo	194 027 050	190 305 529
Impostos autárquicos	2 915	346 263
Rectificações de impostos, contribuições e outros tributos	49 852 915	2 030 478
Contribuições para o INSS	337 701 634	258 498 429
Aposentação	27 984 837	11 759 209
Outros impostos	6 255 196 039	5 798 085 060
Acréscimos de gastos		
Juros a pagar	747 464 269	205 507 261
Remunerações a pagar	876 395 204	921 179 000
Outros acréscimos de gastos	5 139 593 819	4 432 855 252
Rendimentos diferidos		
Prémios de emissão de obrigações	-	(2 275 828)
Subsídios para investimentos	634 781 801	827 384 055
Donativos	-	14 328 161 000
Outros rendimentos diferidos	4 683 636 270	1 436 460 087
	24 646 189 990	33 345 356 102

A rubrica de outros impostos inclui o imposto sobre combustível e os direitos aduaneiros. O Grupo IGEPE negociou com o Estado o pagamento parcelado dos saldos em dívida referentes a direitos aduaneiros e imposto especial sobre combustíveis. O Estado autorizou a amortização parcelada das dívidas de direitos aduaneiros e de imposto sobre combustíveis até Dezembro de 2024 e Agosto de 2025, respectivamente.

Os Donativos correspondem ao total acumulado líquido, dos valores recebidos dos Doadores e ou financiadores, depois de deduzidas as amortizações anuais, as quais são calculadas com base no período de vida útil do bem a que respeitam.

Os Outros acréscimos de gastos respeitam essencialmente a Fornecimentos e serviços de terceiros.

A rubrica dos outros rendimentos diferidos inclui a emissão de documentos de tráfego relativo a bilhetes emitidos pela Grupo IGEPE durante o exercício de 2021, mas que não foram utilizados até a data de 31 de Dezembro de 2021. Adicionalmente, o saldo da rubrica representa a estimativa do redito decorrente de bilhetes vendidos e voados a reconhecer em exercícios futuros, imputado ao programa de fidelização de clientes da LAM, pelo facto de, aos clientes aderentes ao tal programa, a LAM atribuir créditos que os mesmos podem usar no futuro na obtenção de bilhetes de forma gratuita.

22. Venda de bens e serviços

O total do rédito durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Rédito		
Vendas de bens	88 210 507 346	75 180 640 022
Prestações de serviços	39 268 408 373	37 797 210 543
	127 478 915 719	112 977 850 565

As vendas de bens durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:

Handwritten signature and date: 27

	31-12-2021			31-12-2020		
	Acumulado	Intragrupo	Consolidado	Acumulado	Intragrupo	Consolidado
Vendas de bens						
Vendas de energia e combustíveis	88 028 532 187	(536 251 654)	87 492 280 533	75 254 291 795	(1 028 910 584)	74 225 381 211
Venda de produtos agrícolas	3 039 828	-	3 039 828	1 647 225	-	1 647 225
Venda de medicamentos	420 791 348	-	420 791 348	374 288 396	(7 740)	374 280 657
Venda de impressos e jornais	126 367 588	-	126 367 588	260 314 210	(234 117)	260 080 094
Venda de bens e serviços de armazenagem de cereais	176 732	-	176 732	4 426 802	-	4 426 802
Venda de bens e serviços de infraestrutura	160 073 103	-	160 073 103	93 081 461	-	93 081 461
Venda de imóveis	-	-	-	215 223 540	-	215 223 540
Venda de bens e serviços aeronáuticos	248 460	-	248 460	4 906 119	-	4 906 119
Venda de bens e serviços de pesca	-	-	-	1 368	-	1 368
Venda de equipamentos de telecomunicação	7 529 775	-	7 529 775	2 619 243	(1 167 696)	1 631 547
	88 748 759 000	(536 251 654)	88 210 507 346	76 210 980 159	(1 030 340 137)	75 180 640 022

As prestações de serviços durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:

	31-12-2021			31-12-2020		
	Acumulado	Intragrupo	Consolidado	Acumulado	Intragrupo	Consolidado
Prestações de serviços						
Proveitos gestão de participações financeiras	894 820	-	894 820	1 850 392	-	1 850 392
Proveitos aeronáuticos	8 810 825 032	(842 471 225)	8 168 353 807	6 140 690 716	(507 122 797)	5 633 567 919
Proveitos ferroviários	16 932 215 000	(213 070 713)	16 719 144 287	17 462 172 000	(619 653 081)	16 672 218 919
Proveitos de serviços marítimos	20 692 093	-	20 692 093	36 026 965	-	36 026 965
Proveitos de serviços de dragagem	703 528 822	(625 169 629)	78 359 193	674 326 875	(606 769 487)	67 557 388
Proveitos de serviços de energia e combustíveis	6 071 268 283	(555 174 736)	5 516 093 547	8 759 041 996	-	8 759 041 996
Proveitos de serviços agrícolas	30 040 042	-	30 040 042	17 935 431	-	17 935 431
Proveitos de serviços de comunicação e publicidade	4 933 692 468	(996 445 523)	3 937 246 945	4 834 225 026	(26 723 979)	4 807 501 046
Proveitos de serviços de armazenagem de cereais	168 406 923	-	168 406 923	198 445 303	-	198 445 303
Proveitos de serviços bancários e de seguros	2 851 366 978	(176 508 047)	2 474 858 930	1 757 040 201	(312 476 918)	1 444 561 283
Proveitos de infraestrutura	15 667 437	-	15 667 437	14 528 475	-	14 528 475
Proveitos de arrendamento de espaços	3 259 399	-	3 259 399	7 849 359	-	7 849 359
Proveitos de gestão de imóveis	126 165 445	(71 604)	126 113 841	135 897 670	(71 604)	135 826 066
Proveitos de serviços de saúde	9 039 108	-	9 039 108	-	-	-
	42 477 319 850	(3 208 911 477)	39 268 408 373	40 070 330 410	(2 273 119 887)	37 797 210 543

O total de réditos por sector de actividade durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:

Sector de actividade	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Comunicação e Media	922 078 850	836 255 179
Energia	67 612 358 468	63 030 564 751
Financeiro	1 020 013 824	698 531 440
Imobiliário	126 185 445	351 121 210
Infraestruturas	1 770 240 186	1 740 279 633
Oil & Gas	28 487 442 002	20 982 769 040
Saúde	429 830 456	374 268 396
Seguros	1 631 383 153	1 058 508 761
Serviços	176 835 359	109 461 695
Tecnologia	3 259 399	7 849 359
Telecomunicações	4 145 510 961	4 261 103 300
Transportes e logística	24 898 940 746	22 830 597 803
	131 224 078 850	116 281 310 568
Ajustamentos das transacções intra-grupo	(3 745 163 131)	(3 303 460 004)
Total do réditos	127 478 915 719	112 977 850 565

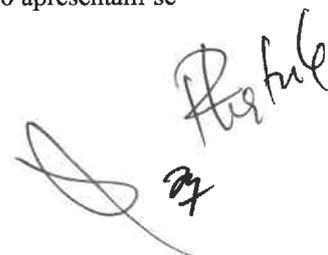
23. Investimentos realizados pela própria empresa

Os investimentos realizados pela própria empresa durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:

Investimentos realizados pela própria empresa	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Activos tangíveis	20 112 000	23 125 000
	20 112 000	23 125 000

24. Custos com pessoal

Os custos com pessoal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:



	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Custos com pessoal		
Remunerações dos órgãos sociais	1 108 029 198	596 409 868
Remunerações dos trabalhadores	19 634 097 117	17 914 593 402
Encargos sobre remunerações	622 919 426	1 355 682 997
Benefícios pós-emprego	112 517 806	239 436 527
Ajudas de custo	257 802 068	102 510 756
Indemnizações	161 821 563	71 096 905
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	86 976 211	81 610 500
Gastos de acção social	497 203 346	353 383 291
Outros gastos com pessoal	3 142 504 496	2 414 238 661
	25 623 871 231	23 128 962 907

25. Fornecimento e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Fornecimentos e serviços de terceiros		
Manutenção e reparação	2 578 003 379	1 865 420 111
Combustíveis	1 745 771 853	2 164 340 756
Água	1 199 046 857	1 830 235 724
Honorários	729 880 565	684 147 346
Subcontratos	1 640 727 381	2 183 072 107
Transportes de carga	222 810 199	577 945 251
Trabalhos especializados	712 581 219	865 639 715
Vigilância e segurança	1 078 082 916	1 026 030 906
Rendas e alugueres	1 856 270 453	841 306 233
Seguros	783 059 503	1 014 926 095
Comissões a intermediários	560 902 439	844 128 537
Material de manutenção e reparação	583 430 469	656 988 221
Electricidade	205 680 506	443 919 641
Publicidade e propaganda	547 380 042	404 202 056
Outros fornecimentos e serviços	7 409 051 059	6 570 815 795
	21 852 678 840	21 973 118 494

26. Amortizações

As amortizações durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Amortizações		
Activos fixos tangíveis	19 391 429 881	18 174 655 941
Activos intangíveis	698 321 550	610 116 387
Activos tangíveis de investimento	646 647 907	621 743 552
	20 736 399 338	19 406 515 880

27. Imparidade de investimentos financeiros

As imparidades em investimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Imparidade de investimentos financeiros		
De investimentos financeiros em associadas	70 507 297	313 448 961
De outros investimentos disponíveis para venda	40 760 116	1 270 716 389
	111 267 413	1 584 165 350

28. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Os outros rendimentos e ganhos operacionais durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Outros rendimentos e ganhos operacionais		
Serviços sociais	6 600 939	16 686 347
Aluguer de equipamento	32 848 962	44 689 386
Venda de energia	2 814 114 000	-
Assistência técnica	8 245 856	11 787 984
Rendas de imóveis	367 273 649	3 485 596 606
Outros rendimentos suplementares inerentes ao valor acrescentado	406 746 179	642 327 662
Honorários	183 691 000	173 180 000
Subsídios para investimentos	865 486 211	207 186 498
Subsídios à exploração	2 816 339 755	2 879 310 029
Ganhos em investimentos de capital	410 075 340	42 256 943
Ganhos em inventários e activos biológicos	4 625 539	-
Benefícios de penalidades contratuais	558 063 670	197 475 497
Excesso de estimativa para impostos	29 272 643	18 992 269
Rendimentos de instrumentos financeiros - Outros	1 548 380 069	8 578 831 143
Instrumentos financeiros	13 177 060	9 320 138
Activos tangíveis de investimento	-	813 135 985
Diversos	3 948 849 185	-
Outros	309 800 720	255 787 038
	14 323 590 777	17 376 563 525

29. Outros gastos e perdas operacionais

Os outros gastos e perdas operacionais durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Outros ganhos e perdas operacionais		
Activos tangíveis de investimento	1 108 052 774	-
Instrumentos financeiros	-	10 160 262
Impostos e taxas	1 071 497 651	746 880 090
Perdas em investimentos de capital	245 451 058	16 577 171
Perdas em inventários e activos biológicos	352 822 533	241 743 492
Quotizações	23 340 225	58 882 821
Despesas confidenciais	3 173 898	2 456 015
Ofertas e amostras de inventários	1 741 009	9 684 789
Programas de responsabilidade social	342 116 964	163 591 111
Donativos	365 606 903	256 208 291
Multas e penalidades	48 919 007	18 239 850
Outros	3 820 463 189	1 664 806 209
	7 383 185 211	3 189 230 101

30. Rendimentos e gastos financeiros

Os rendimentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:



	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Rendimentos financeiros		
Depósitos bancários	596 489 278	454 821 445
Empréstimos	1 971 205	-
Obrigações e títulos de participação	1 996 384 612	1 847 226 356
Outras aplicações de tesouraria	-	93 000
Outros juros	557 794 905	555 794 089
Rendimentos de activos tangíveis de investimento	93 696 377	74 740 632
Diferenças de câmbio favoráveis	26 722 106 237	23 517 795 379
Descontos de pronto pagamento obtidos	6 325 994	4 995 089
Outros rendimentos e ganhos financeiros	9 436 040 858	3 202 582 151
	39 410 809 466	29 658 048 141

Os gastos financeiros durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Gastos financeiros		
Empréstimos bancários	3 045 683 278	3 818 339 535
Empréstimos obrigacionistas e títulos de participação	158 951 401	120 662 567
Outros empréstimos	-	9 986 308
Juros de mora e compensatórios	52 377 477	23 946 136
Outros juros	2 489 798 556	3 180 163 275
Diferenças de câmbio desfavoráveis	26 767 329 097	34 746 451 219
Descontos de pronto pagamento concedidos	14 406	297 807 335
Outros gastos e perdas financeiros	616 823 166	1 034 008 152
	33 130 977 381	43 231 364 526

31. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 apresentam-se como segue:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	6 897 628 403	9 068 740 386
Imposto diferido	3 850 736 213	(5 594 644 853)
	10 748 364 616	3 474 095 534

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os impostos diferidos decompõe-se conforme indicado no quadro abaixo:

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Impostos diferidos		
Activos	8 116 236 725	9 792 834 867
Passivos	50 722 574 342	49 775 938 438



O movimento ocorrido no ano em impostos diferidos foi o seguinte:

	Demonstração de resultados			Capital próprio	Saldo final
	Saldo inicial	Reforço	Reversão		
Activos por impostos diferidos					
Prejuízos fiscais reportáveis	2 733 744 052	164 003 864	-	-	2 897 747 916
Provisões não aceites fiscalmente	-	-	-	-	-
Imparidades não aceites fiscalmente	231 620 632	110 585 708	(98 175 270)	-	244 031 070
Amortizações ajustadas para efeitos fiscais	5 457 324 089	219 344 114	(1 900 808 948)	-	3 775 859 255
Justo valor não aceite fiscalmente	-	-	-	-	-
Ajustamentos de consolidação	24 765	-	(16 698)	-	8 067
Outros	1 370 121 328	148 504 242	(320 035 152)	-	1 198 590 417
	9 792 834 866	642 437 927	(2 319 036 068)	-	8 116 236 725
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliação de ativos tangíveis	38 258 759 485	-	(955 497 135)	104 928 092	37 408 190 442
Amortizações ajustadas para efeitos fiscais	3 398 497 430	707 968 488	-	(1 186 007 251)	2 920 458 667
Justo valor não aceite fiscalmente	344 094 793	-	(354 576 888)	36 841 030	26 358 935
Ajustamentos de consolidação	-	42 190 053	-	-	42 190 053
Outros	7 774 586 730	2 854 318 768	(120 265 215)	(183 264 037)	10 325 376 246
	49 775 938 437	3 604 477 309	(1 430 339 237)	(1 227 502 166)	50 722 574 343
Movimento no ano [custo / (provelto)]				(3 850 736 212)	

	31/12/2020				Capital próprio	Saldo final
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Ajustamentos		
Activos por impostos diferidos						
Prejuízos fiscais reportáveis	808 549 366	1 925 897 250	-	(702 564)	-	2 733 744 052
Provisões não aceites fiscalmente	-	-	-	-	-	-
Imparidades não aceites fiscalmente	781 340 155	25 865 296	(577 834 802)	2 249 983	-	231 620 632
Amortizações ajustadas para efeitos fiscais	1 294 628 782	4 148 689 573	(12 499 000)	26 504 754	-	5 457 324 089
Justo valor não aceite fiscalmente	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de consolidação	24 765	-	-	-	-	24 765
Outros	921 470 090	648 922 184	(282 927 925)	(2 801 886 069)	-	(1 514 421 721)
	3 806 013 138	6 749 374 302	(873 261 727)	(2 773 833 896)	-	6 908 291 817
Passivos por impostos diferidos						
Reavaliação de ativos tangíveis	39 044 189 781	-	(786 371 111)	15 204 509	(14 263 694)	38 258 759 485
Amortizações ajustadas para efeitos fiscais	3 544 694 848	185 117 845	(1 553 463 319)	1 166 290 574	55 857 482	3 398 497 430
Justo valor não aceite fiscalmente	76 691 801	283 899 257	-	(17 901 113)	1 404 848	344 094 793
Ajustamentos de consolidação	-	-	-	-	-	-
Outros	6 632 382 314	2 432 278 808	(279 993 757)	(769 174 766)	(240 905 869)	7 774 586 730
	49 297 958 744	2 901 295 909	(2 619 828 187)	394 418 204	(197 907 233)	49 775 938 437
Movimento no ano [custo / (provelto)]			2 428 391 752			

77
R. P. F. S. L. G.

32. Gestão de riscos, objectivos e políticas

A actividade do Grupo IGEPE, através das entidades que compõem o seu perímetro de consolidação (entidades consolidadas), é exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de riscos ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração do Grupo IGEPE e das entidades consolidadas é por isso alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno, e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

Neste sentido, as políticas de gestão de risco do Grupo IGEPE são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo, e monitorar os riscos e aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. O Grupo IGEPE, revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros que a Gestão considere aceitável.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição do Grupo IGEPE face ao risco da taxa de juro prende-se essencialmente aos empréstimos de taxa de juro variável.

A política do Grupo IGEPE passa por obter financiamento por via de taxas fixas, assim como variáveis, a fim de minimizar as variações das taxas de juro.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras consolidadas do IGEPE podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais MZN/EUR, MZN/USD, MZM/SDR, MZN/ZAR, MZN/SEK, MZN/NOK, MZN/KWD e MZN/ID. O Grupo IGEPE procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As principais transacções realizadas em moeda estrangeira foram realizadas em dólares americanos (USD), em rand sul africanos (ZAR) e em euros (EUR). As taxas de câmbio médias usadas foram as seguintes:

Moeda	31-Dez -2021		31-Dez -2020	
	Venda	Compra	Venda	Compra
USD	64,46	63,20	74,16	74,16
ZAR	4,06	3,98	5,04	5,04
EUR	73,03	71,61	92,92	91,11

Handwritten signature and date: 27

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de o Grupo IGEPE incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações. Para limitar este risco, os vários órgãos de gestão recorrem a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo IGEPE não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, os vários órgãos de gestão recorrem a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez. A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e exfluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

O objectivo do Grupo IGEPE é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários, locações financeiras.

A exposição ao risco liquidez face aos financiamentos por antiguidade, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

31/ 12/ 2021						
	Exigível a < 1 ano	Exigível a > 1 e < 2 anos	Exigível a > 2 e < 3 anos	Exigível a > 3 e < 4 anos	Exigível a > 5 anos	Total
Empréstimos						
Bancários	7 755 349 755	196 825 267 088	5 900 848 238	3 032 697 637	27 408 198 605	240 922 361 323
Obrigações não convertíveis	300 000 000	600 000 000	-	1 453 000 000	-	2 353 000 000
Estado	62 192 000	643 345 913	643 345 913	643 345 913	643 345 913	2 635 575 653
	8 117 541 755	198 068 613 002	6 544 194 151	5 129 043 550	28 051 544 518	245 910 936 976
31-12-20						
	Exigível a < 1 ano	Exigível a > 1 e < 2 anos	Exigível a > 2 e < 3 anos	Exigível a > 3 e < 4 anos	Exigível a > 5 anos	Total
Empréstimos						
Bancários	12 106 749 384	92 525 476 926	27 856 426 979	13 018 981 430	86 143 528 481	231 651 163 200
Obrigações não convertíveis	-	800 000 000	800 000 000	-	-	1 400 000 000
Estado	146 192 080	239 018 000	236 018 000	239 018 000	1 673 125 000	2 538 341 088
Outros	60 000 000	-	-	-	-	60 000 000
	12 314 911 472	93 564 494 926	28 695 444 979	13 257 999 430	87 816 653 481	235 649 504 288

33. Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital do Grupo IGEPE é garantir um sólido rácio de capital de dívida a fim alavancar os seus negócios e maximizar o valor para os seus accionistas.

O Grupo IGEPE gere a sua estrutura de capital de acordo com a evolução das condições de mercado. A fim de manter ou ajustar a sua estrutura de capital, o Grupo IGEPE pode ajustar o pagamento de dividendos aos Accionistas, ou emitir novas acções.

Não foram efectuadas alterações nos objectivos, políticas ou processos para gestão de capital durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020.



O Grupo IGEPE analisa o seu endividamento através do rácio de alavancagem.

	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Gestão de capital		
Empréstimos obtidos	245 910 936 976	235 649 504 288
Outros passivos financeiros	99 167 473 732	123 289 108 271
Outros passivos correntes e não correntes	24 646 189 988	33 345 356 100
Menos: Caixa e bancos	(52 221 110 453)	(59 081 877 614)
Divida líquida	317 503 490 242	333 202 091 045
Capital próprio	270 572 341 108	218 536 001 267
Capital próprio e divida líquida	588 075 831 351	551 738 092 311
Rácio de alavancagem	54%	60%

34. Eventos subsequentes

Guerra Rússia-Ucrânia

No que respeita ao conflito entre a Rússia e a Ucrânia, iniciado em Fevereiro de 2022, e devido às várias sanções impostas por um número considerável de países do Mundo à Rússia e à Bielorrússia, incluindo empresas e indivíduos desses Estados, com base na análise efectuada internamente, a Empresa não tem quaisquer transacções directas ou indirectas com quaisquer desses países, empresas e indivíduos a serem sancionados e, portanto, a Empresa não espera ser afectada por incorrer em qualquer violação de tais sanções.

Além disso, devido à instabilidade nos mercados globais como resultado de tal conflito, não podemos prever se haverá quaisquer impactos directos ou indirectos significativos nas operações e desempenho da Empresa no futuro, embora antecipemos que isso não afectará a aplicabilidade do princípio da continuidade durante pelo menos os próximos 12 meses, tendo em consideração o nosso melhor conhecimento com as informações disponíveis nesta data. A Empresa está a analisar e a monitorizar os efeitos, a fim de se ajustar e reagir ao possível.